

CLASSE, POLÍTICA E PROCESSOS DINÂMICOS DE ACUMULAÇÃO EM TORNO DO PROJECTO ORIZÍCOLA SINO-MOÇAMBICANO NO BAIXO LIMPOPO, 2005-2014

Ana Sofia Ganho

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o projecto sino-moçambicano de produção orizícola no baixo Limpopo de uma perspectiva de economia política marxista. Centrando-se no período de 2005–2014, interroga as formas como as dinâmicas de classe moldaram e foram moldadas pelo modelo de cooperação chinês, num contexto de aumentos acentuados dos preços globais dos produtos agrícolas e das eventuais alterações de interesses de acumulação do país. O artigo pretende, assim, compreender como este projecto se relaciona com a estratégia dominante de acumulação que tem alimentado as facções capitalistas no poder e as implicações desta para as dinâmicas de diferenciação rural na área de Xai-Xai, particularmente no que diz respeito ao desiderato de criar um novo grupo de capitalistas rurais. Juntando informações empíricas e arquivística, este artigo pretende contribuir para o conhecimento sobre a(s) forma(s) que a questão da transição agrária está a assumir, tendo em consideração os desafios históricos.

O estudo de caso foi realizado no Regadio do Baixo Limpopo (doravante, Regadio), na província de Gaza, no Sul do País. É, desde finais de 2011, gerido por uma empresa pública com autonomia financeira, Regadio do Baixo Limpopo, Empresa Pública (RBL-EP), após a sua criação um ano antes. Na altura da sua última grande reabilitação (2004–2008), o perímetro tinha cerca de 12 000 hectares, com os blocos de drenagem e de irrigação, bem como áreas de sequeiro. Historicamente, o arroz tem sido a cultura principal daquela área desde o tempo colonial, com milho, trigo e, mais tarde, algodão, em áreas menores. Porém, a área abrangida ficou por definir com precisão. É que o decreto (RdM, 2010) que criou a RBL-EP e definiu os seus estatutos mencionou, mas não incluiu um mapa nem as dimensões deste. Em 2011, foi alargado de modo a acomodar o acordo inicial sino-moçambicano de 20 000 hectares, com a promessa de mais 70 000 hectares para desenvolvimento futuro.

O acordo implicou uma considerável expropriação pelo Estado das terras utilizadas pelos produtores locais, resultando numa reorganização do trabalho e dos meios de subsistência, sob grande protesto. De um modo geral, o objectivo consistiria em transferir os métodos de cultivo e insumos agrícolas chineses para a produção de arroz de alto rendimento, através da assistência a produtores locais seleccionados. Estes deveriam então continuar em diferentes áreas atribuídas, com um pacote de assistência a crédito ou por conta própria. Essencialmente, estes seriam produtores de arroz em regime de subcontratação combinado com integração vertical nas terras de regadio público, com a facilitação do Estado.

As negociações mais concretas relacionadas com o projecto, que tiveram lugar em 2005 e, posteriormente, em conjunto com outros desenvolvimentos, ocorreram quando as crises dos preços dos combustíveis e dos alimentos começaram a ganhar ímpeto. Muitos países africanos tinham-se tornado importadores líquidos de alimentos, dependendo, em grande medida, dos mercados internacionais. Após décadas de ajustamento desadequado («*maladjustment*», Oya, 2007) desde os anos 1980 e mesmo de esquecimento da agricultura em África, o investimento internacional aumentou acentuadamente em meados de 2000. No entanto, assumiu formas diferentes para os doadores tradicionais e para a cooperação chinesa.

A economia política heterodoxa mostrou como as tendências globais de acumulação são sempre mediadas pelos contextos nacionais de formas específicas (Ashman & Fine, 2013; Castel-Branco, 2017) e que uma dimensão não pode ser compreendida sem a outra. Por seu lado, a economia política agrária também ilustrou como as transições agrárias, em particular para o capitalismo, reflectem relações sociais de produção que opõem capital e trabalho em diferentes configurações históricas determinantes para as dinâmicas de diferenciação social (Bernstein, 1979, 2010; Byres, 1986, 2016; O’Laughlin, 1981, 1996).

A intensificação da agricultura no regadio constitui um terreno com maior potencial de diferenciação social do que fora deste, devido a maiores oportunidades de acesso a meios de produção (financiamento, insumos, mão-de-obra e outros) e tipos de trabalho. Adopta-se aqui a concepção de produção agrícola aplicável em Moçambique e na África Austral, segundo a qual os sectores ditos familiar e comercial são *interdependentes*, e o primeiro participa também das relações capitalistas (Bernstein, 2010; O’Laughlin, 1981, 1996). Esta é uma relação estruturada pela necessidade de diversificar as fontes de sustento que também sustentam a produção barata de alimentos, englobando trabalho remunerado e não remunerado, agrícola e não agrícola desde o período colonial. É desta óptica que se analisa aqui a evolução das relações sociais de produção, a correspondente acumulação de capital, e a diferenciação social, incluindo de classe. A questão central que se coloca é em que direcção estas relações evoluem com o capital e os métodos chineses, e no âmbito da conjuntura económica internacional tanto como do padrão de acumulação nacional.

O presente artigo propõe-se analisar o projecto de cooperação em três fases, ou como o conjunto de três subprojectos relacionados, que parecem visar grupos diferentes: produtores médios locais, produção chinesa com mão-de-obra chinesa, e um grupo maior de pequenos e médios produtores de áreas em redor. A análise centra-se na selecção de produtores, no acesso aos meios de produção e à transferência de métodos, e a compatibilidade destas com a reprodução social. Estes são interpretados tendo em conta a convergência de trajectórias históricas e desafios ao alargamento da base de produção rural, bem como os objectivos políticos definidos – retoricamente alinhados com as políticas de redução da pobreza do Banco Mundial (Banco Mundial 1990, 2002; GdM 2006).

Como adiante se verá, os requisitos de selecção de produtores da empresa chinesa, do seu modelo de produção (intensiva, com mecanização variável) e da miopia estatal sobre os conflitos gerados pelo acesso a terras e sobre a interdependência das fontes de sustento, nomeadamente o trabalho assalariado, fizeram da parceria uma proposta arriscada. O projecto pretendia aumentar a produtividade (produção total e rendimento), com o potencial de alterar as relações sociais de produção e, logo, de classe. Assim, o estudo adoptou uma abordagem que analisa impactos sociais diferenciados. Embora uma análise completa da diferenciação social implicasse igualmente informação sobre outras fontes de subsistência, a análise aqui incide nos meios de produção, desde os insumos ao trabalho, que são tanto um aspecto fulcral do marxismo como da dita transferência de tecnologia.

O artigo defende que houve uma apropriação do projecto pelos grupos capitalistas moçambicanos dominantes, com a centralização do controlo estatal sobre o investimento estrangeiro (especialmente chinês), nomeadamente através da administração da terra e água em regadios públicos. Isto corresponde à delimitação formal de um espaço distinto, o do regadio, em que as leis fundiárias rurais, incluindo as de uso costumeiro, seriam suspensas para usufruto de empresas privadas ou parcerias, mas com direitos reforçados para o Estado, à semelhança do que Elizabeth Lunstrum designa como «espaço neoliberal estatal» (Lunstrum, 2008, sobre o Parque Estatal do Limpopo). Defende-se ainda que, ao nível local, o objectivo explícito de formar uma classe de capitalistas rurais ou de produtores médios esbarra na velha visão dualista da agricultura, ignorando a dependência histórica de diversas fontes de subsistência, sobretudo a produção familiar, o que é, em si, uma consequência do modo histórico de acumulação para manter baixos os custos de mão-de-obra.

A pesquisa teve como base fontes primárias, recolhidas durante uma parte do trabalho de campo de doutoramento durante cerca de dois meses, entre Maio e Novembro de 2012, e uma semana em Junho de 2014, para efeitos de seguimento. Incluiu entrevistas estruturadas e semiestruturadas realizadas com 110 informadores (nomeadamente produtores, administração central/local, pessoal de empresas chinesas e de organizações não governamentais (ONG)). O nome dos participantes foi tornado anónimos através de pseudónimos e/ou referência

propositadamente vaga à posição em dada instituição, bem como observação de campo no Xai-Xai, Chicumbane e Maputo. O trabalho empírico foi complementado por pesquisa arquivística em Lisboa, em 2013 e 2018–2019, sobre a história do empreendimento hidrológico iniciado na área do Xai-Xai, e por fontes secundárias mais recentes.

Na primeira secção, exploramos a relevância da diferenciação social a par das linhas das categorias de classe e género nas relações de (re)produção em processos dinâmicos de acumulação e transição agrária. A segunda secção apresenta a dimensão histórica da economia política da área e das principais questões de desenvolvimento do(s) regadio(s) do Baixo Limpopo, a fim de destacar as (des)continuidades com os actuais desafios. A secção estabelece o quadro para a análise do projecto, que é feita na secção três, dos beneficiários seleccionados e dos meios de produção, bem como dos resultados socialmente diferenciados, à luz da economia política e dos desafios históricos ao alargamento de excedente ao nível da base produtiva. A secção quatro faz a ligação entre as duas dimensões do projecto. Primeiro, os esforços do grupo capitalista predominante no sentido de reforçar a agricultura «extractiva» herdada do colonialismo, apresentando o arroz como cultura de rendimento, na sua estratégia de acumulação por via de ligações com capitais estrangeiros. Em segundo, no que diz respeito a converter produtores de arroz em capitalistas rurais, a par das implicações socioeconómicas para outros produtores. A quinta e última secção conclui com os pontos essenciais.

A RELEVÂNCIA CONTÍNUA DA CATEGORIA DE CLASSE PARA A ANÁLISE DAS TRANSIÇÕES AGRÁRIAS

As análises de diferenciação socioeconómica com estratificação de classes como característica dos processos de transição capitalista agrária tornaram-se menos frequentes em meados da década de 1980, e mantiveram uma presença discreta na pesquisa desde então. O desvanecer do debate deve muito ao avanço da economia neoclássica e da economia agrária resultante, nos círculos políticos e académicos, desde as reformas dos programas de ajustamento estrutural das instituições de Bretton Woods (BW). O neoliberalismo reflecte um carácter individualista, em que o colectivo só é aparente em categorias sociais genéricas, oferecendo «uma forma de organização política composta por indivíduos, funcionários e “pelos pobres”» (Harrison 2004, p. 101). Porém, o debate sobre diferenciação social foi reavivado no contexto da escalada do investimento directo estrangeiro (IDE) direccionado para terras aráveis em países em desenvolvimento, também conhecido como «açambarcamento de terras».

Muito do trabalho sobre o «açambarcamento de terras» tem sido vítima da economia neoclássica no centro do neoliberalismo, embora, por vezes, de forma involuntária. Isto manifesta-se, por exemplo, na separação postulada entre o Estado e os mercados e em categorias reducionistas como “comunidades locais” e “pequenos produtores” (*smallholders*) como se fossem grupos

homogêneos. Outras marcas são o apagamento da dimensão política, valorizando, ao invés, a competência técnica, ou o tomar da macroeconomia pelo nível analítico sistêmico do capitalismo, observados por James Ferguson (1990) e por Ben Fine e Ourania Dimakou (2016), respectivamente. No que diz respeito ainda à literatura sobre o “açambarcamento de terras”, mesmo quando algum trabalho tenta desfazer dicotomias como Estado–multinacionais, a análise do Estado oscila, *grasso modo*, entre duas posições: um Estado fraco, destruído pelas reformas de BW, curvando-se à pressão externa ou à corrupção (White *et al.*, 2012; Wolford *et al.*, 2013), ou centrando-se numa categoria descontextualizada da sua base material, as «elites» (Keene *et al.*, 2015), tão problemática como “*smallholders*”. A segunda posição defende um Estado em pleno controlo à mesa de negociações (por exemplo, Lavers, 2012).

Neste contexto, ressurgiram debates sobre transição agrária, se representam uma nova tendência ou se são uma mera repetição de tendências passadas de acumulação primitiva. Sobre esta matéria, Borrás e Franco (2012) reafirmaram a primazia da análise de classes para apreciar os impactos socioeconómicos em diferentes grupos, tal como fez Oya (2013), ao observar a ausência gritante de questões agrárias nessa literatura e, assim, a necessidade de se voltar às categorias de classe e trabalho para uma compreensão aprofundada do(s) fenómeno(s). No entanto, são dignas de nota algumas exceções na pesquisa sobre a África Austral, da perspectiva da economia política heterodoxa, privilegiando o estudo dos regimes laborais e/ou formas de contestação, bem como a formação de classes em relação às plantações de arroz (Greco, 2015), tabaco (Pérez-Niño, 2016) e açúcar (Martiniello, 2021), e um novo quadro analítico para estudar a vida laboral precária das mulheres na fragmentação contemporânea das suas estratégias de subsistência (Stevano, 2021).

Até meados da década de 1980, Moçambique fomentou uma rica cultura de análise da diferenciação social e da transição agrária no contexto da acumulação no capitalismo colonial e da transição socialista. Tiveram um papel de relevo os estudiosos do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, especialmente sob a liderança de Ruth First (*inter alia*, CEA, 1977). Esta investigação deu uma contribuição valiosa para o debate mais alargado sobre a necessidade de ultrapassar as análises dualistas ou tradicionalistas da agricultura, que predominam sobre grande parte da África Austral (Greco, 2015), baseadas na existência de um campesinato homogêneo, ainda que vasto. Pelo contrário, as abordagens marxistas identificaram classes dentro da classe geral de produtores em confrontos diversos entre si e com o capital (Bernstein 1979, 2010; Byres 1986, 2016; O’Laughlin 1981, 1996), em função de contextos históricos e geográficos específicos de acumulação.

Desde então, a economia política heterodoxa passou a coexistir e a resistir aos modelos da economia neoclássica, investigando aspectos das implicações da liberalização dos mercados na economia (*inter alia*, Castel-Branco, 1994, 1996, 2002; Fine & Rustomjee, 1996). Vários trabalhos têm continuado a investigar as dinâmicas da acumulação em Moçambique (Castel-

Branco, 2010, 2014, 2017), através dos regimes laborais, os padrões e os desafios que se colocam ao emprego, ou as condições de trabalho para a reprodução social e económica e em relação aos padrões de acumulação de capital (por exemplo, Ali, 2013; Ali & Muianga, 2017; Muianga, 2012; O’Laughlin, 2002; O’Laughlin & Ibraímo, 2013) integrando as perspectivas de classe e de género que emergem do estudo da diversificação de fontes de sustento (por exemplo, Ali & Stevano, 2019; O’Laughlin, 1996, 1998). O presente capítulo baseia-se na tradição analítica acima para analisar o acordo sino-moçambicano, contrastando assim com a maioria da literatura sobre ele.

O projecto de parceria despertou grande interesse desde a sua expansão no final de 2011. Entre as diferentes abordagens da literatura destacam-se as relações históricas bilaterais, políticas e económicas e/ou o modelo chinês de cooperação para o desenvolvimento (Brautigam, 2015; Chichava *et al.*, 2013; Ekman, 2012), a política interna moçambicana através de análises neopatrimonialistas que denunciam a «elite» local (Chichava, 2013, 2015); a abordagem dos meios de subsistência (“livelihoods framework”) com base apenas no género (Porsani, Caretta, & Lehtilä, 2019); uma perspectiva dos direitos ambientais (Zunguze, 2012); e uma abordagem de gestão, que destaca as características dos actores envolvidos (por exemplo, flexibilidade) na «adaptação mútua» (Zhang *et al.* 2019, p. 244); o quadro participativo (Ussivane, 2017; Ussivane, & Ellwood, 2019) utilizado pelo PCA do regadio é algo intrigante, tendo em conta as alegações de despossessão, conforme analisado adiante. Por último, figura na literatura a verificação rectificativa de factos com conhecimento interno (Chuanhong *et al.*, 2015), provavelmente indicando pontos de vista oficiais.

Em contrapartida, um pequeno grupo de estudos contribuíram com análises mais centradas nas dinâmicas de diferenciação social e da questão agrária. Mostraram estas como a sucessão de iniciativas de legislação agrária puseram a nu tensões entre o governo central e o local na gestão do Regadio e do investimento estrangeiro, constituem um reflexo da economia política do país (Ganho 2013a), notoriamente voltada para a exportação de recursos naturais. A análise empírica e histórica evidenciou um grande contraste entre o desenvolvimento do grupo inicial de produtores médios, a partir das suas relações com os parceiros (estatais e chineses) do projecto, e a falta de apoio aos milhares de pequenos produtores no Regadio. Parecia desenhar-se o esboço de um projecto de classe com base nos recursos da parceria e reflexo do padrão de acumulação (Ganho, 2013b). Por sua vez, a análise da questão agrária foi iluminada através dos elementos da transição agrária clássica (de estilo inglês) para o capitalismo, pondo em destaque o processo de expropriação de terras, que a parceria sino – moçambicana teria precipitado (Madureira, 2013). Mais recentemente, foi observado algum grau de diferenciação social (Rosário, 2020) relativamente a grupos de pequenos e médios produtores, porém, fora de uma reflexão de economia política. O presente trabalho oferece uma visão mais englobante do projecto, o que permite também tratar a questão da diferenciação social de modo mais

completo, combinando análise da diversidade de modos de vida com a estratificação de classe dentro do modo de produção capitalista, como proposto por O’Laughlin (1996). A secção seguinte destaca características de trajetórias de acumulação doméstica e de desafios relativamente às transições agrárias em Gaza e no Regadio em particular.

ACUMULAÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE CLASSES: CAPITAL ESTRANGEIRO, TERRA E AGRICULTURA

A acumulação histórica e a formação de classes em Moçambique evoluíram ao longo de quatro fases principais. A primeira foi o período colonial, sob o Estado Novo (anos 1930–1975), seguido por um período de transição socialista (planeamento central) (1975–1983). O terceiro período foi marcado por uma transição para a economia de mercado (1983–1986), que levou a um quarto período de liberalização integral. Pode acrescentar-se um quinto período para realçar a acentuação do modo económico “extractivo” na viragem do século XXI. Embora originalmente este modo esteja associado às indústrias extractivas (Fine & Rustomjee, 1996), de facto, aplica-se ao padrão de funcionamento da economia como um todo (Castel-Branco, 2010, 2014). Este padrão extractivo caracteriza-se pela importância primordial do investimento directo estrangeiro (IDE) direccionado para megaprojectos de multinacionais destinados à exportação, que criam muito poucos postos de trabalho e ligações industriais, e distorcem as prioridades políticas e económicas e o uso dos recursos do Estado (*ibid.*). Assim, herdadas do colonialismo, as culturas de rendimento orientadas para a exportação já eram de carácter “extractivo”, condicionando a economia política da questão agrária em Moçambique.

Paralelamente, existem três questões importantes a destacar historicamente para Moçambique. A primeira é que a economia de Moçambique tem estado dependente e subordinada ao capital estrangeiro. Esta acumulação, estruturada pela relação de dependência (Wuyts, 1980) das economias vizinhas (África do Sul e Rodésia) para o seu desenvolvimento económico, e que no período colonial se baseava no fornecimento de mão-de-obra às minas, reduziu Moçambique ao papel de servir aquelas economias também a partir de dentro (através de portos, estradas e caminhos-de-ferro). Consequentemente, os salários dos migrantes e os impostos sobre serviços constituíam as principais fontes de receitas do Estado (CEA, 1977; First, 1983; Wuyts, 1978, 1980). Esta economia política moldou os esforços de desenvolvimento da agricultura comercial na província de Gaza, criando concorrência para a mão-de-obra escassa (Roesch, 1991). De modo geral, o trabalho migratório e o assalariado garantiram de igual forma um excedente para a melhoria da exploração agrícola, enquanto a agricultura comercializada representava muito menos (Wuyts, 1978) para a acumulação do Estado. Ainda assim, os pequenos produtores geravam 70% da produção nacional; o Sul produziu 14% da produção comercializada, o que corresponde a 21% da sua própria produção (Wuyts, 1978), em 1970.

Isto era necessário como fonte de produtos primários para algumas indústrias, tais como o algodão, e para reduzir a importação de alimentos. A mão-de-obra forçada era crucial para o desenvolvimento das explorações agrícolas dos colonos e privadas, assim como para produzir alimentos baratos para consumo próprio, a fim de assegurar a reprodução social de mão-de-obra barata (O’Laughlin, 1981, 1996; Wuyts, 1978, 1980). A mão-de-obra barata e forçada foi assim a base da acumulação de capital colonial.

O primeiro ponto leva-nos à segunda característica histórica: desde o período colonial, as políticas públicas têm assentado numa concepção dualista do sistema agrário, composto, por um lado, pela agricultura “retrógrada”, familiar ou de subsistência, e, por outro, pela agricultura comercial e moderna, como dois sectores distintos e independentes. Em Gaza, as explorações agrícolas de menor escala coexistiram com muitas culturas forçadas e a produção familiar também se destinava ao mercado, como sublinhado acima. Na verdade, estas duas realidades não eram separadas nem autónomas, mas sim estreitamente interdependentes (O’Laughlin, 1981, p. 34), ligadas pelo trabalho assalariado na exploração agrícola e fora dela, incluindo os salários dos migrantes. Consequentemente, em vez de permanecerem produtores “familiares” e “pré-capitalistas”, os pequenos produtores há muito que foram incorporados nos circuitos do desenvolvimento capitalista como «pequenos produtores de bens e de trabalho» (Bernstein, 2010). Assim, a transição agrária no sentido da condição de semiproletariado era o padrão comum em grande parte da África Austral, e não um «local de transição» (Bernstein, 2010, p. 55), nem um estágio forçosamente na direcção de um capitalismo avançado.

A terceira característica histórica pode ser considerada como uma consequência da visão dualista. Ao negar a interdependência dos dois sectores produtivos, as políticas públicas negaram igualmente a real diversificação das fontes de subsistência e a divisão do trabalho existente como factores-chave na diferenciação social (O’Laughlin, 1996). A diferenciação de género é parte integrante da divisão do trabalho, pois a agricultura tem sido historicamente uma actividade realizada por mulheres, e muitas vezes também gerida por elas, na ausência dos homens. Resultam, assim, dimensões intercruzadas de género e classe significativas, que oferecem resistência à abordagem reducionista da feminização da pobreza (O’Laughlin, 1998). Acima, destacaram-se as três características históricas inter-relacionadas da economia política do Sul de Moçambique, centrais no debate sobre a questão agrária e sobre como as estratégias e as políticas agrárias não têm conseguido ultrapassar o legado colonial de acumulação com base na (auto-) reprodução crescentemente precária da força de trabalho. Segue-se uma introdução histórica ao local do estudo de caso, o Regadio.

RESUMO HISTÓRICO DO REGADIO DO BAIXO LIMPOPO

ORIGENS

O Regadio teve origem durante o Estado Novo, regime fascista de Portugal (1933–1975), com os trabalhos de drenagem e parcelamento das zonas pantanosas (machongos) iniciados em 1951 (Sousa Monteiro & Faria da Fonseca, 1952). Estas iam dos arredores da Lagoa de Inhamissa até ao sopé das colinas perto do Xai-Xai, antiga Vila João Belo (ver figura no Apêndice). As obras de resgate tiveram como inspiração a primeira exploração agrícola comercial de arroz no baixo Limpopo, a partir de 1936, um projecto-piloto de irrigação numa extensão de 600 hectares, localizado na Barra (Roesch, 1991, p. 255). Assim, as origens de Inhamissa são bastante diferentes das do complexo hidrológico de Chókwè (o Colonato do Limpopo), localizado a montante, cujas obras começaram em 1953, e que foram planeadas, executadas e subsidiadas pelo governo colonial central, em Lisboa, para colonos portugueses. Em contrapartida, o regadio de Inhamissa foi concebido pelo governo colonial moçambicano, como um projecto pouco dispendioso de instalação de famílias africanas, tendo recebido fundos modestos do Plano Intercalar do Fomento apenas mais tarde (1965–1967). Não constituía formalmente um colonato subsidiado pelo Estado (Henderson 1976), nem sequer um “pré-colonato” indígena, como propuseram os seus criadores (Sousa Monteiro 1955). A área abrangida pelos trabalhos gerais de drenagem visava 4000 hectares em redor da lagoa, incluindo os 355 hectares (área líquida) do machongo de Inhamissa, o primeiro a ser resgatado (Sousa Monteiro & Faria da Fonseca, 1952, p. 25). Este último teria apenas 15 hectares cultivados por 155 famílias antes da intervenção (*ibid.*).¹ Estes dados podem indicar uma maior estratificação social inicial baseada num menor grau de expropriação de produtores africanos no Regadio do que no Colonato, e também atraiu uma maior migração local. Não obstante, ambos foram dificultados pelo enorme esforço que era necessário para manter os regadios funcionais, sobretudo com trabalho forçado e mal remunerado.

Pretendia-se um trabalho de drenagem rudimentar e barato, visando «dar o máximo de valorização à terra com o mínimo de dispêndio» (Sousa Monteiro & Faria da Fonseca, 1952, p. 36). O objectivo era fixar famílias moçambicanas, vinculando-as à terra a ser cultivada, tanto para fins de subsistência como para o mercado, utilizando, ao mesmo tempo, o cultivo obrigatório de culturas de rendimento e o trabalho forçado – o que ilustra o padrão delineado acima. Por razões específicas, estas áreas foram consideradas particularmente adequadas para a cultura do arroz como cultura de rendimento e para as famílias africanas: exigiam mão-de-obra intensiva para as tornar viáveis; o nível elevado do lençol freático tornava os machongos impróprios para mecanização; e os solos eram de qualidade superior às colinas arenosas que as famílias cultivavam (terras altas ou serra). Em tempos de insuficiência de fundos para a

¹ Por lapso, os números estão trocados no artigo original.

manutenção mecânica dos canais, os produtores tinham de os limpar manualmente ou, por vezes, pagavam por esse trabalho (JAPA Baixo Limpopo, 1967). A maioria era obrigada a fazê-lo duas vezes por ano (Roesch, 1991).

O parcelamento estendeu-se às terras altas adjacentes, mais secas, para uso sazonal e suplementar das famílias africanas (Sousa Monteiro & Faria da Fonseca, 1952). A redistribuição de terras foi revestida de muita tensão devido a compromissos anteriores com chefes tradicionais (régulos) e a cemitérios existentes no local. A expansão foi inicialmente limitada por concessões privadas mais antigas, algumas destinadas à pecuária, que o Estado acabou por adquirir. No total, até 1957, 2 481 hectares tinham sido atribuídos a 4 197 famílias africanas em 5 áreas de machongo (Tabela 1) (Sousa Monteiro, 1959). Foi também gradualmente construído um dique de 25 km de comprimento para protecção da cidade, além de colectores e valas de drenagem. Na década de 60, o bloco de machongos da Barra beneficiou de obras de melhoramentos e expansão. O avanço do complexo hidrológico é a causa e o espelho da crescente comercialização (*commoditisation*) da subsistência que tinha vindo a afectar a reestruturação do espaço e das vidas.

TABELA 1: NÚMERO DE FAMÍLIAS E HECTARES CULTIVÁVEIS EM BLOCOS DE MACHONGO, EM 1957

	Nº de Famílias	Nº de ha
Inhamissa	1 667	878,75
Siaia	1 356	693,50
Bué (fora do perímetro central)	104	137,60
Sotuine	431	402,12
Nhancutze	639	367,75
Total	4 197	2 479,72

Fonte: Cálculos do autor, com base em Sousa Monteiro (1959, pp. 94–98). A soma dos números cumulativos difere ligeiramente dos números contidos no resumo de Sousa Monteiro (1959), na página 98.

Com números expressivos como estes, usados para ilustrar o sucesso do empreendimento, é necessário aprofundar a análise e considerar o número de produtores que realmente trabalhavam as parcelas atribuídas. Significativamente, em 1964, apenas cerca de 50% das 6 933 famílias que tinham pedido uma parcela cultivavam efectivamente a terra (Tabela 2). A outra metade tinha desistido ou sido afastada por falta de capital / mão-de-obra. As percentagens de utilização também variavam depois de cheias ou secas, obrigando a maior migração. Ao mesmo tempo, «colonos [brancos] acabaram por dar origem a um sector agrícola capitalista relativamente bem-sucedido na zona da Barra do Limpopo» (Roesch, 1991, p. 253).

São igualmente importantes os dados quantitativos dos relatórios de campo sobre a migração e a divisão do trabalho em função do género, explicando, em parte, a falta de mão-de-obra ou de capital acima referidas. Por exemplo, em 1964, no total dos números relativos aos blocos de

machongo, as mulheres representavam 86,9% da mão-de-obra. Destas, 91% não tinham marido presente ou estavam inseridas na categoria de «divorciadas, viúvas e mulheres solteiras» (JAPA Baixo Limpopo, 1964, p. 21). Por último, 53% das mulheres eram casadas com homens que migraram para as minas da África do Sul (*ibid.*). Estes números são corroborados por pesquisa posterior do CEA.

TABELA 2: NÚMERO DE PRODUTORES AFRICANOS POR BLOCO, 1964.

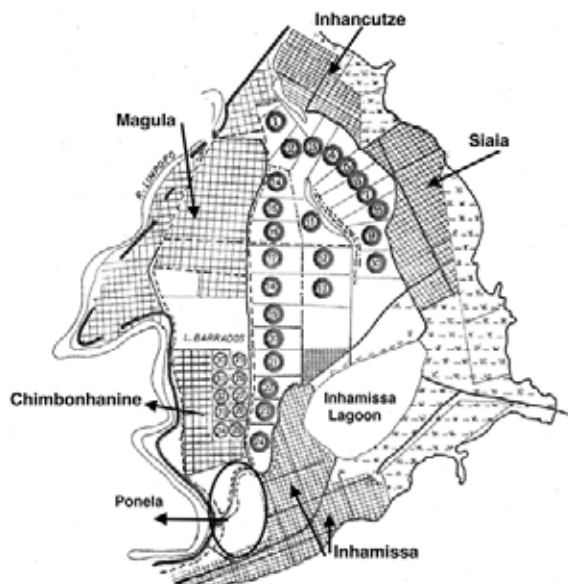
	Totais		Inhamissa		Sotuine		Siaia		Nhancutze	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
a. Produtores que pediram terreno	6.933		2.768	149	812		2303		1.050	
b. Produtores à espera de terreno	275		126							
c. Produtores que desistiram do terreno ou que foram eliminados	3.182		1.002		188		1.437		527	
d. Produtores que trabalham efectivamente num terreno (a - [b + c])	3.476	50,1	1.640	59,2	475	58,5	866	37,6	523	49,8

Fonte: Cálculos do autor, baseados em JAPA Baixo Limpopo (1964, p. 21).

EVOLUÇÃO DO PARCELAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE TERRAS

Em 1967, cerca de 11 000 hectares tinham sido recuperados e a maioria estava em cultivo (Torres, 1967, p. 250). Enquanto a maioria dos colonos portugueses, alguns colonos moçambicanos e alguns operadores comerciais receberam terras de melhor qualidade, a maioria dos moçambicanos manteve – se nos machongos de qualidade inferior, que produziam a maior parte do arroz nessa altura, à excepção do machongo da Barra. No centro do vale, existiam solos aluviais, que por serem ricos e pesados exigiam maquinaria. Os lotes de dimensões superiores estavam reservados normalmente aos europeus, embora estes também estivessem presentes nos machongos. Havia também solos intermédios, trabalhados pelos dois grupos. Antes do projecto, mais especificamente em 1949–1950, eram referidas apenas 5 famílias europeias de agricultores, em 52 hectares não irrigados de aluviões, mas o número disparou na década de 60, com o início do parcelamento dos blocos irrigados de Ponela, Chimbonhanine e Magula e (Mapa 1), para os colonos e produtores moçambicanos. Em 1964, existiam 8 372 hectares, 3 354 dos quais irrigados por bomba, e estavam distribuídos por apenas 67 agricultores, portanto, em lotes maiores (JAPA Baixo Limpopo, 1964, p. 20). Não obstante, importa referir que Chimbonhanine e Magula foram distribuídos a um número elevado de africanos, designando o último também um regulado (Sousa Monteiro, 1957, mapa D1).

IMAGEM 1. MAPA DOS VÁRIOS BLOCOS. FONTE: JAPA BAIXO LIMPOPO (1967).



O desenvolvimento tinha avançado igualmente para zonas fora deste mapa, quer no caso do Bué, inicialmente, quer em direcção a outro rio (Lumane), e para a outra margem do Limpopo, em direcção à planície de Chicumbane – um dos locais de controvérsia contemporâneos. Fora programado que as obras de drenagem iniciais se expandissem para 60 000 ha «do Chibuto ao mar» (Sousa Monteiro, 1955), constituindo a base para um complexo agrícola e pecuário industrial de grande escala. A segregação espacial dos produtores no perímetro do Regadio reflectia, *grosso modo*, a visão dualista colonial da agricultura (apesar das zonas de transição e da serra), que continua até aos dias de hoje (MASA, 2016).

O regime de povoamento baseou-se no ideal de aculturação de transformar os agricultores negros em «bons pequenos burgueses (nunca capitalistas)» (Sousa Monteiro, 1955, p. 101). Em 1952, o Departamento de Obras Hidráulicas tentou, em vão, criar uma cooperativa indígena (*ibid.*, p. 16). As associações eram incentivadas pelo Estado colonial a controlar as colheitas, a alargar os conhecimentos, o crédito e a autosuficiência dentro de limites impostos à comercialização. A pretensão de criar um grupo educado burguês estava em tensão com as ambições políticas anticoloniais que este pudesse vir a desenvolver. Contudo, o povoamento com famílias africanas pôs em marcha a estratificação social inicial, baseada na atribuição de terra recuperada/drenada e a capacidade de a cultivar – ou acentuou a que já existia, através da cumplicidade dos chefes tradicionais. Alguns tornaram-se “machambeiros” relativamente bem-sucedidos, a trabalhar a parcela com arados e bois, frequentemente com rendimentos

provenientes da exploração mineira. Outros tornaram-se pequenos produtores e comerciantes, mas «o cultivo do arroz, uma cultura de rendimento... nunca deu origem a uma agricultura camponesa comercial totalmente desenvolvida» (Roesch 1991, p. 260). A produção era suportada pelos rendimentos obtidos de outros trabalhos, sobretudo assalariados, e constituía a base (exígua) da reprodução social, sobretudo no respeitante à mão-de-obra barata. A partir dos anos 60, a abertura aos mercados externos, a proibição (oficialmente) do trabalho forçado e, conseqüentemente, o aumento da mecanização, o desemprego e a migração para as cidades, reforçaram o grau a proletarização. Esta progrediu bastante até à independência (O'Laughlin, 1996).

O PÓS-INDEPENDÊNCIA NO REGADIO

Em 1975, ano em que Moçambique se tornou independente, a criação de emprego e a produção barata de alimentos a preços acessíveis tornou-se primordial, após o êxodo de colonos, trabalhadores qualificados, gestores, funcionários públicos e proprietários do comércio, juntamente com a expatriação dos seus bens e, especialmente, a redução das quotas de mão-de-obra mineira da África do Sul (Castel-Branco, 1994; Newitt, 1997). Outros factores influenciaram a reestruturação iniciada pelo III Congresso da Frente de Libertação de Moçambique de 1977 (FRELIMO, 1977). Entre 1974 e 1977, a produção agrícola diminuiu consideravelmente (Castel-Branco, 1994, 1996; CEA, 1979). As cheias de 1977 contribuíram para isso e também levaram à deslocação maciça de residentes para zonas mais altas, em novas aldeias comunais (Souza Sobrinho, 1981) a leste e norte do regadio.² As deslocações sucessivas constituíram um factor importante na luta pela subsistência e na tensão em torno das reivindicações de uso das terras.³

Em 1977, a FRELIMO designou a agricultura como a base do desenvolvimento e principal fonte de acumulação (FRELIMO, 1977, p. 20). A agricultura foi reorganizada em três sectores: grandes explorações agrícolas (machambas) estatais/unidades agro-industriais formadas a partir de explorações agrícolas comerciais e da aglomeração de explorações agrícolas de colonos, para monocultura; o sector cooperativo (produção comunitária); e o sector familiar (O'Laughlin, 1981; Wuyts 1980). Assim, os distritos do Chókwè e Xai-Xai mantiveram a sua elevada importância agrícola.

Institucionalmente, as funções de produção e irrigação eram distintas e só foram centralizadas sob a mesma entidade, em 2010, aquando da grande expansão do Regadio. Na zona de Xai-Xai, a Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL) era a machamba estatal, com 25 000

² Nhancutse, Poimbo, Siaia, Nhocuene, Chongoene, Fidel Castro e Inhamissa (MDSAR, 2003, p. 6).

³ Por exemplo, alguns residentes deslocados em 1977 para uma aldeia comunal onde não conseguiram trabalho. Assim, em 1981, foram-lhes atribuídas parcelas de 0,25 hectares nas mesmas zonas, de terras recentemente desbravadas (MDSAR, 2003, p. 6).

hectares em sete unidades; reteve 8 500 hectares para gado, alimentando duas unidades de produção de leite. O arroz era a cultura mais importante, correspondendo a 4 500 hectares em 1977–1978 (CEA, 1979). A UPBL tinha 13 aldeias comunais na sua área de influência, a partir das quais recrutava mão-de-obra permanente e sazonal, mas, significativamente, não conseguiu fornecer trabalho assalariado estável (O’Laughlin, 1981). Entretanto, a irrigação ficou a cargo uma entidade separada, o Sistema de Regadio do Baixo Limpopo (SRBL).

A percepção dualista da agricultura persistiu, reflectida na distribuição espacial, com a maioria das cooperativas/machambas familiares continuaram nas zonas de drenagem, e as empresas estatais agro-industriais em solos aluvionares mais ricos, absorvendo a maior parte dos recursos do Estado. Esta reorganização da administração, da demografia e da produção é importante para se compreender alguns elementos que surgiram mais recentemente nas reivindicações de terras estatais como desafios à subsistência.

Por último, um factor importante de diferenciação diz respeito às casas agrárias (associações) reabilitadas, ao nível das aldeias, confiadas a comissões agrárias, que eram efectivamente entidades do governo a um nível micro, responsáveis pela gestão dos conflitos de terras e pela manutenção do regadio (*Massingir Dam and Smallholder Agricultural Rehabilitation* (MDSAR), 2003), embora com pouco incentivo financeiro para o fazer. Entretanto, ao nível central, denunciava-se a formação de uma burguesia nacional no interior do aparato estatal (Velooso 1982, *in* Munslow 1984, p. 218).

CRISES E TRANSIÇÃO ECONÓMICA

Em 1983, a economia estava em crise (Wuyts, 1985), agravada pela guerra civil (1977–1991), que tinha chegado ao Sul, e por uma grave seca.⁴ O IV Congresso da FRELIMO (FRELIMO 1983) propôs mudanças, reconhecendo que as estratégias de controlo da produção agrícola privada tinham dado resultados insatisfatórios, condenou a proliferação do comércio ilegal e do mercado negro (*ibid.*), e tomou medidas a favor dos operadores do sector privado (*ibid.*). O plano de actuação devia passar para o nível do distrito (Munslow 1984, p. 218).

A escassez de bens durante longos períodos criou oportunidades de acumulação individual, especialmente em torno das explorações agrícolas estatais em zonas de regadio, de solos férteis, estradas e circuitos comerciais. As cooperativas propiciaram algumas oportunidades de acumulação e diferenciação: os antigos trabalhadores contratados competiam pelo controlo com as famílias localizadas nas redondezas, enquanto se formava uma classe dominante de «camponeses mais velhos e prósperos» e os produtores pobres procuravam a sua protecção para estratégias de subsistência (O’Laughlin, 1996, p. 24). Também as comissões agrárias,

⁴ As *Directivas Económicas e Sociais do Quarto Congresso da FRELIMO* (FRELIMO, 1983) para o período de 1977 a 1981 mostraram que a agricultura teve as taxas de crescimento mais baixas, de 8,8%, contra 25% e 15% de outros sectores (*ibid.*, 22, 30).

nomeadas por representantes da hierarquia da FRELIMO, foram terreno propício para alianças e lutas políticas, acentuando a diferenciação social (*ibid.*).

Com as reformas do IV Congresso da FRELIMO, a unidade de produção UPBL foi dividida, mantendo apenas 10% das suas terras, tendo sido encerrada em 1986.⁵ O número de cooperativas existentes foi igualmente reduzido (Roesch, 1988). A adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1984, e o programa preliminar de ajustamento estrutural (1984–1986) (World Bank, 1988) abriram a porta para uma onda de privatizações num curto período (Castel-Branco, Cramer & Hailu, 2001). O pessoal administrativo e os funcionários ao nível provincial tinham acesso privilegiado aos bens fundiários e agrícolas. A agricultura ficou à mercê dos arbítrios dos operadores nacionais privados subcapitalizados, contando com pouco apoio do governo e dos doadores. Eram excepção algumas ONG que trabalhavam ao nível das províncias de um Estado supostamente descentralizado. Esta reconfiguração em favor do nível local seria um factor importante na re-centralização operada pelo presidente Guebuza (2005–2014), aquando do novo interesse do investimento estrangeiro.

No Regadio, em 1991, infra-estruturas de irrigação, tais como valas e canais, estavam de novo inoperacionais, assoreados devido à vegetação. Alguns produtores locais conseguiam limpar os canais, muitas vezes manualmente, como se verificou em 1996, por exemplo (MDSAR, 2003, p. 7). Os pequenos produtores pediam autorização às empresas privadas para usarem terras anteriormente sob a sua gestão, tendo as ONG desempenhado um papel importante na assistência ao funcionamento das associações de produtores e casas agrárias nas décadas de 1980 e 1990.

A Direcção Provincial da Agricultura (DPA) deu autorização informal em regime individual a alguns médios a grandes produtores locais (cerca de nove) para cultivar partes do bloco de Ponela e outras por sua conta, e alguns deles continuam na zona. Mil novecentos e noventa e um foi o ano dos últimos contratos do sistema de irrigação do SRBL. Os danos avultados causados pelas inundações de 2000 foram o golpe de misericórdia. Esta situação agravou as dificuldades financeiras das empresas privadas, tendo o pouco que restava das infra-estruturas e maquinaria sido destruído, paralisando todas as operações (entrevista a Mário, antigo director, a 17 de Junho de 2012).

Foram aqui explanadas as mudanças estruturais verificadas em Gaza e no Xai-Xai em particular, para ilustrar o declínio do estado da agricultura, com efeitos sobre os regimes de trabalho e, logo, na diferenciação social. De muitos elementos da pesquisa essencial dessas décadas (CEA, 1979; O’Laughlin, 1981, 2002, 1996; Roesch, 1988), alguns foram destacados devido à sua importância, nomeadamente a tensão contínua entre a monocultura do arroz e

⁵ Incluíam a Agro-Pecuária de Gaza (provavelmente a Empresa das Lezírias do tempo colonial), a Agro-Pecuária do Lumani, Socas (próxima da Barra), a Empresa Magula e a Empresa Mundiani (Languene) (Hermenegildo, produtor médio, 7 de Junho de 2014).

a insuficiência do trabalho assalariado, a escassez de mão-de-obra sazonal nos períodos de pico, as redistribuições de terras e a apropriação de meios de produção e comercialização por alguns. A estes acrescentam-se a deterioração das condições de emprego (por exemplo, uma remuneração diária para resultados pré-definidos) – e mesmo o regresso do trabalho de produção forçado em meados dos anos 80. Acima de tudo, a agricultura praticada continuava a ser compreendida de forma dualista, perpetuando e acentuando até a dependência de múltiplas fontes de sustento para a reprodução de mão-de-obra, um cenário agravado pela guerra.

A PAZ E VELHOS NOVOS PLANOS PARA O BAIXO LIMPOPO

Embora a actividade agrícola tenha registado um declínio drástico, a terra não foi formalmente privatizada através de reformas de liberalização económica, apesar da pressão do Banco Mundial nesse sentido. As terras permaneceram propriedade do Estado para controlo político, embora se realizem até hoje transacções de terras em mercados locais informais como em outras partes do Continente (Chimhowu & Woodhouse, 2006). Nos anos 90, Moçambique tornou-se um dos maiores beneficiários de fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento (Wuyts, 1996), que constituiu uma fonte de acumulação de capital estatal e privado. Mas a agricultura já não ocupava um lugar central nas políticas de desenvolvimento nem na balança de pagamentos. A produção praticamente cessou, tornando os meios de subsistência mais difíceis para os pequenos produtores, apoiados apenas por projectos isolados, embora continuassem a ser cruciais para a reprodução da mão-de-obra em situação de crise. A indústria do açúcar constituiu a excepção ao estado geral da agricultura, tendo a organização do sector (de capital privado) resultado na protecção contra medidas de liberalização (Castel-Branco, 2002).

Em 1993, após a assinatura do Acordo de Paz de 1992, o governo apresentou uma proposta de projecto de reabilitação da área – o projecto de Reabilitação da Barragem de Massingir e da Agricultura Familiar (daqui em diante denominado projecto de Reabilitação Agrícola do Xai-Xai) – ao Banco Africano de Desenvolvimento. Foi um projecto com impactos fundamentais para os desenvolvimentos recentes. Aprovado em 1997, só arrancou no terreno em 2003 e terminou formalmente em 2008 (MDSAR, 2003, 2008; entrevistas ao pessoal de gestão do projecto, Julião, a 28 de Junho de 2012, Santini, a 9 de Julho de 2012). A parte de reabilitação agrícola do projecto no Xai-Xai visava consolidar as infra-estruturas de irrigação/drenagem num perímetro interligado de 12 000 hectares «com base no critério dualista da economia colonial»; os objectivos sociais da reabilitação incluíam conseguir que as pessoas regressassem ao local, vencendo o medo das cheias de 2000 (entrevista a Santini, a 9 de Julho de 2012). O trabalho deu prioridade a valas de drenagem, aos blocos originais dos pequenos produtores, alimentados por água do lençol freático de boa qualidade, a uma potente bomba central de drenagem/irrigação e a alguns blocos de irrigação, tais como Ponela, Chimbonhanine e Magula. Todavia, o único bloco abrangido foi o Ponela, porque o financiamento era insuficiente,

devido a danos ocorridos desde o plano inicial (ADF, 2007; MDSAR, 2008). O foco incidia principalmente nos pequenos proprietários/agricultores e, só depois, nos produtores médios. Naturalmente, importava produzir alimentos para restaurar a força de trabalho.

REGRESSO AO PASSADO? O ARROZ COMO CULTURA DE RENDIMENTO

Salienta-se, aqui, que o núcleo de acumulação da economia moçambicana tinha mudado desde os anos 80. As exportações agrícolas já não contribuíam muito para as reservas em moeda estrangeira, e a economia política pós-transição passou a basear-se em alianças com fluxos financeiros estrangeiros, a saber, a ajuda ao desenvolvimento e, no virar do século, sobretudo megaprojectos de investimento directo estrangeiro (IDE) na indústria extractiva (Castel-Branco, 2014).

Foram necessárias as crises de combustível, alimentar e financeira, em meados dos anos 2000, para que a agricultura atraísse o interesse do governo moçambicano, dos doadores e do investimento privado. A presidência de Armando Guebuza (2005–2014) elaborou uma profusão de políticas intervencionistas em tempo recorde, destinadas a aproveitar as tendências internacionais, centradas nos biocombustíveis, cereais e em outras produções alimentares importadas. Ao mesmo tempo, o governo preparou alterações aos regadios de Gaza, de modo a dependerem directamente do Ministério da Agricultura em Maputo e não de Xai-Xai. Confrontado com um vazio regulamentar para os regadios, o governo moçambicano alterou os estatutos e regulamentos das empresas de gestão destes (Ganho, 2013a). Criaram-se, assim, «espaços estatais de regime neoliberal» (Lunstrum, 2008), com o Estado central em controlo da gestão da terra e da água, associado a estratégias de acumulação com base em culturas de rendimento. Um dos melhores exemplos foi dar a capacidade a estas empresas de gestão de reter direitos de propriedade, revogar direitos anteriores de uso da terra e, em vez deles, emitir contratos de produção (RdM, 2010, Artigo 5, 1a), para facilitar a gestão do investimento.

A insistência na utilização do Regadio acarretou custos elevados devido a factores climáticos e geográficos que impediram a obtenção de resultados de produção constantes ou previsíveis. Segundo o *Plano Nacional para o Desenvolvimento do Arroz* (MASA, 2016), a maior parte do arroz cultivado em Moçambique (97,7%) «é de sequeiro e produzido pelo sector familiar» (*ibid.*, p. 8), sendo a solução habitual a intensificação através da rega, produtos químicos e meios mecânicos. Além disso, as importações de arroz, desde 2000, tinham sido, em média, 365 800 toneladas por ano (*ibid.*, p. 7). Era, portanto, urgente encontrar uma solução para aumentar a produção – de acordo com a narrativa da eficiência produtiva adoptada. A necessidade de investimento intensivo em capital constituiu um factor de selecção da China para parceiro, bem como a sua longa experiência no cultivo de arroz de alto rendimento e, politicamente, a possibilidade de negociação dos termos da parceria.

O ACORDO DE PARCERIA NO REGADIO: OS PROJECTOS 1, 2 E 3

O projecto sino-moçambicano desenvolveu-se a partir das suas fases de testagem e produção inicial no bloco Ponela do Regadio, dividindo-se mais tarde em três subprojectos distintos.⁶ O primeiro projecto (2007–2011) envolveu produtores médios locais do município de Xai-Xai, alguns dos quais com ligações políticas. Em finais de 2011, o segundo projecto recebeu uma vasta faixa de terra (6000 hectares), grande parte da qual foi expropriada pelo Estado nos arredores da vila de Chicumbane e instalou duas grandes explorações agrícolas chinesas. O objectivo era expandir-se para cerca de 20 000 hectares, com o potencial de chegar aos 70 000 hectares. O terceiro projecto, que se concretizou em 2013/14, também dentro do perímetro central do regadio, visava intensificar a formação de pequenos e médios produtores todos os anos para se dedicarem à produção comercial do arroz e se tornarem capitalistas rurais noutras áreas designadas.

UMA “MACHAMBA DA AMIZADE”

Uma série de contactos, visitas e acordos diplomáticos bilaterais deram origem a uma «machamba da amizade» (Brautigam & Ekman, 2012; Gu *et al.*, 2016). Foram identificadas terras, em 2006, em Xai-Xai (DPA, 2010, p. 1); na altura em que expirou o memorando de entendimento de 2007, foi assinado um acordo de gemelagem (DPA-Hubei Lianfeng, 2008), em 2008, entre a Direcção Provincial de Agricultura (DPA) e a Hubei Lianfeng Mozambique Company (HLMC). O acordo prometia ao projecto uma parcela inicial de 300 hectares no bloco Ponela (*ibid.*), com um orçamento de 1200 dólares americanos (IESE, 2012). O objectivo declarado era transferir um pacote tecnológico chinês para o cultivo de arroz de alto rendimento para produtores moçambicanos. O objectivo geral de melhorar a segurança alimentar nacional foi levado a cabo também em outras iniciativas de cooperação chinesa, tais como os centros de demonstração agrícola (“machambas-escola”) (Chichava *et al.*, 2013), constando desde 2007 nos documentos da política de produção alimentar de Moçambique (Ganho, 2013a). Todavia, o facto de nenhum beneficiário específico ter sido identificado no acordo (que faz alusão a “camponeses” e à “população local”) (Ganho, 2013b) é muito relevante para a compreensão de como os produtores do projecto 1 foram integrados e da natureza da relação com os outros subprojectos.

Entretanto, a reabilitação agrícola do Xai-Xai em curso iria influenciar a organização do projecto de cooperação, dado que o corpo gestor da reabilitação nada sabia sobre os planos do projecto sino-moçambicano e tencionava atribuir o bloco Ponela a produtores locais de média escala. Deste modo, coexistiam na DPA duas linhas paralelas de comando, uma ligada

⁶ A necessidade de analisar tal projecto como três subunidades um pouco diferentes já era evidente na altura em Ganho (2017)

ao projecto de reabilitação, sob a tutela do Ministério das Infra-estruturas e Obras Públicas, e outra entre a empresa chinesa e um círculo restrito de pessoas de confiança do Presidente Guebuza, através das instituições provinciais. Após negociações, os dois lados acabaram por dividir o bloco. A equipa de gestão do projecto de reabilitação do Xai-Xai incluiu, no processo de selecção, indivíduos que tinham ligações ao Estado e à FRELIMO, para pôr à prova os candidatos com um nível de escolaridade mais alto e influenciar a DPA a atribuir parcelas/terrenos (entrevista a Julião, a 28 de Junho de 2012; e a Santini, a 9 de Julho de 2012). A selecção inicial de 46 médios produtores foi, portanto, o resultado desta solução de meio-termo tanto quanto de critérios objectivos relevantes (Programa de Reabilitação da Barragem de Massingir e Desenvolvimento Agrícola [PRBMDA-UIGP], 2008). Estes produtores formaram a base da associação ARPONE, em 2010⁷, e do projecto 1.

Os parágrafos seguintes incidem na selecção dos produtores e do acesso aos meios de produção do projecto, como parte de uma reflexão sobre a diferenciação social.

PROJECTO 1: A ASSOCIAÇÃO ARPONE

A assistência técnica foi muito limitada até 2010 (DPA, 2010). Em finais de 2011, a recém-criada empresa estatal Regadio do Baixo Limpopo, Empresa Pública (RBL-EP) assumiu a direcção e seleccionou entre 46 e 51 candidatos para o projecto 1, maioritariamente da ARPONE, para cultivar parcelas de cerca de 5 hectares em parte do Ponela. Sob pressão do governo, o projecto deveria ser aumentado e o investimento subiu para 740 000 dólares (GdPG, 2012), em resultado de uma fusão com o parceiro privado chinês Wanbao Africa Agriculture Development Company (Wanbao), uma subsidiária do grupo Wanbao Grain & Oil.⁸

As responsabilidades do apoio foram partilhadas entre o RBL-EP e a empresa chinesa. O primeiro negociou e dividiu os custos de um fundo rotativo com a organização de desenvolvimento financeiro, a GAPI, actuando como intermediária com a empresa chinesa para os insumos técnicos e a manutenção geral do regadio.⁹ Nestes termos, o RBL-EP facilitou o aluguer de algumas máquinas a preços subsidiados, enquanto a HLMC devia fornecer o *know-how* e os insumos por uma taxa mais elevada. Durante algum tempo, a empresa MoçFer Indústria Alimentar (MIA), SA continuou a trabalhar com alguns dos produtores do Regadio e da região.

⁷ ARPONE significa *Associação dos Agricultores e Regantes do Bloco de Ponela para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Mecanização Agrícola de Xai-Xai* (GdPG, 2010).

⁸ O investimento privado foi complementado pelo apoio diplomático/financeiro central, em parte do Ggoverno chinês, através da China Development Bank Capital Corporation, e do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercialização de Macau (Macauhuh, 2013).

⁹ Verificaram-se discrepâncias de dados quanto ao número de produtores envolvidos. Entre as razões para tal incluem-se existirem várias fontes do financiamento (GAPI, instituição mútua do Chókwè ou autofinanciamento); a desistência de candidatos em resultado do desembolso tardio de fundos; e a atribuição pouco clara de parcelas com “empréstimo” para a produção efectiva. O antigo director de operações do RBL-EP declarou que, de um total de 53 produtores seleccionados, só restavam 39 a quem concederiam apoio financeiro, devido à falta de parcelas adequadas (Jaime, 11 de Maio de 2012). Uma folha de cálculo do RBL-EP indica 46 (RBL-EP, 2012), provavelmente de uma fase anterior.

Os pacotes de assistência técnica foram disponibilizados sob duas formas. O pacote completo abrangia os serviços relacionados com maquinaria, sementes, produtos químicos e transporte para a fábrica, e compra do arroz com casca produzido com essa semente (Ganho, 2013a). Alguns ressentiram-se das taxas, considerando que se tratava de um projecto de «cooperação», uma observação corroborada por Rosário (2020). Apenas quatro participantes tiveram inicialmente esta opção. O pacote de assistência parcial disponibilizava menos opções, mas incluindo o fornecimento de sementes.¹⁰ Assim, o trabalho manual era mais intenso na segunda opção, obrigando a usar mão-de-obra familiar ou externa, para a monda, os guarda-pássaros e mesmo a ceifa. Os que podiam pagavam ainda a supervisores das parcelas. A cobrança dos serviços veio deixar à vista todo o trabalho que fora/continuava a ser absorvido pelo agregado familiar, agora por acréscimo à machamba familiar necessária para sustentar a de média dimensão. Se a RBL-EP se ocupava das candidaturas ao Ponela, um factor tanto ou mais importante era a selecção a que os gestores da HLMC-Wanbao procediam quanto aos produtores que pretendiam apoiar. Baseada na observação dos produtores no campo, a selecção reflectia um misto de preconceitos culturais e preocupações de ordem prática (entrevista a Patrício, a 17 de Maio de 2012). Acima de tudo, esperavam que os agricultores “trabalhassem arduamente”, o que significava aceitar técnicas de trabalho intensivo e trabalhar aos fins-de-semana, feriados e dias de luto, ou seja, utilizar tempo de actividades necessárias à reprodução social daquela mão-de-obra, para cuidar de uma única cultura, o arroz. Esta expectativa colidia com a histórica organização social e a diversificação das fontes de subsistência já apontada.

Muitos participantes no esquema ocupavam, de facto, cargos no governo local como altos funcionários públicos, ou eram indivíduos ligados à FRELIMO; bastantes eram reformados do sector público ou funcionários públicos no activo; alguns eram (ex-) militares, ou antigos trabalhadores qualificados e extensionistas do projecto de Reabilitação Agrícola de Xai-Xai e das instituições que o precederam; alguns tinham estado ligados a ONGs e associações. Outros ainda trabalharam noutras empresas, de pecuária, transportes, comércio e ofícios, ou criavam gado. Esta caracterização mostra que muitos membros da ARPONE são um produto da história da diferenciação social no Xai-Xai desde o período colonial. Não eram um grupo homogéneo, nem a agricultura constituía a principal ocupação da maioria. Havia ainda tensões internas em relação ao presidente da ARPONE, que parecia ocupar-se mais dos seus interesses comerciais do que de seguir os estatutos, ou de lutar por um melhor acordo com a Wanbao e o RBL-EP, como muitos entrevistados afirmaram. O membro que pertencia a uma ONG local conhecida representava também um grupo diferente. Por último, apenas meia dúzia de mulheres faziam parte do grupo, algumas com estatuto social elevado, mas não necessariamente com mais recursos.

¹⁰ Com base em entrevistas com duas figuras importantes do RBL-EP e com membros da ARPONE, e também em documentos (RBL-EP 2012). Para mais pormenores, ver Ganho (2013b).

De um modo geral, o desembolso tardio de fundos pela RBL-EP, o número insuficiente de funcionários e de maquinaria em ambos os lados, alguma utilização do crédito para outros fins, uma série de problemas técnicos, a comunicação deficiente da transferência de métodos de produção e as chuvas torrenciais fora de estação prejudicaram os rendimentos agrícolas (*vide* Ganho, 2017, pp. 208–216, para mais detalhes). Na campanha de 2011–2012, o número de produtores que seriam excluídos para a seguinte campanha foi de 11, deixando 26 produtores (entrevista a Jaime, RBL-EP, a 20 de Setembro de 2012), mas todas as colheitas se perderam devido às cheias, e a dívida de crédito foi perdoada. Em 2013–2014, apenas oito produtores cultivaram no bloco Ponela, dois deles autofinanciados e seis apoiados pelo GAPI.¹¹ Os rendimentos das colheitas melhoraram marginalmente, para uma média de 2,2 toneladas por hectare (*vide* nota 11), ficando 3 dos 8 produtores em dívida.

Os baixos rendimentos do projecto 1 seriam expectáveis devido aos desafios acima resumidos, mas as queixas de transferência incompleta de métodos da empresa chinesa (Ganho, 2013b) deram origem a rumores entre os membros da ARPONE acerca de má vontade, e sobre quererem expulsá-los de Ponela. Mesmo um produtor que, por razões históricas, cultivava 42 hectares no lote atribuído à Wanbao, duvidava completamente dos resultados dos seus concorrentes chineses (8–10 t/ha) (entrevista a Feliciano, a 18 de Junho de 2012).

É muito possível que a maior parte dos membros da ARPONE tenham recebido terrenos no Ponela devido ao seu estatuto político e/ou ocupação, correlacionados com o estatuto social. Efectivamente, a selecção inicial do Projecto de Reabilitação teve, em parte, a intenção de os incluir entre os produtores médios locais, o que poderia levar a uma interpretação “neopatrimonialista” (Chichava, 2013, 2015). Contudo, em 2012, os políticos provinciais manifestaram publicamente a sua insatisfação com os resultados, reflectindo as opiniões dos produtores de Ponela (Diário de Moçambique, 2012). Além disso, face aos resultados acima, torna-se difícil compreender que os supostamente privilegiados na selecção tenham estado recorrentemente desprovidos das condições estruturais e dos recursos necessários para gerar excedente. Para uma melhor compreensão desta dinâmica, é necessário analisar o papel dos projectos e dos vários grupos envolvidos e como um todo na economia política mais ampla da acumulação de capital e da formação de classes e (Secção 3).

PROJECTO 2: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (FARMAS) CHINESAS

Em 2013, surgiu um tipo de projecto diferente em grande escala. Foram criadas quatro explorações agrícolas, com dois conjuntos de produtores chineses (entrevista a Patrício, a 5 de Junho de 2014) e um total de «110 trabalhadores» (Chuanhong *et al.*, 2015). A área

¹¹ A fonte é um documento em Excel contendo dados sobre os restantes produtores de Ponela que trabalharam com a Wanbao em 2013–2014. Os dados foram produzidos por uma instituição que manifestou o desejo de permanecer anónima (6 de Junho de 2014, Xai-Xai).

de cada uma era de 27–44 hectares por farmeiro (ibid.).¹² Na verdade, estas farmas vieram consolidar a produção de explorações agrícolas chinesas mais pequenas já existentes a norte de Ponela, no bloco de Chimbonhanine, alegadamente destinadas à multiplicação de sementes, bem como produção própria para sustentabilidade financeira. Em paralelo com a narrativa da RBL-EP e HLMC-Wanbao de abastecer primeiro o mercado interno e depois vender aos países vizinhos e/ou à China (entrevista a Francisco, a 16 de Maio de 2012; Patrício, a 17 de Maio de 2012 e a 21 de Setembro de 2012), a estratégia chinesa visava um crescente nicho doméstico de consumidores exigentes dispostos a pagar preços mais elevados (Ganho, 2013b). Esta estratégia era o oposto do acesso generalizado das populações. O preço muito elevado deste arroz em comparação com variedades menos frescas e a sua ausência no mercado e lojas da região reflectia isso mesmo (Ganho, 2015, p. 170).

A expansão das explorações agrícolas naquele local e em Chicumbane suscitou uma marcha de protesto (Mabunda, 2013).¹³ Os protestos à infra-estruturação da área, para além de terem destruído machambas, remete, porventura, para a distribuição colonial de lotes médios por produtores africanos. As novas explorações que se seguiram, para o projecto 2, cobriram mais 6 000 hectares, nos arredores da vila de Chicumbane, do total reservado de 20 000 hectares estabelecidos como uma concessão renovável de 50 anos. Esta vinha com a promessa de que 10% de todas as terras cedidas aos chineses seriam reafectadas aos moçambicanos, mas sem termos exactos.

Fundamentalmente para o uso e acesso a terras, os terrenos foram conseguidos através de acções de expropriação do Estado, algumas delas com base em direitos de propriedade fundiária que remontam aos tempos de transição colonial e socialista, incluindo a empresa agrícola estatal Lezírias (entrevistas com a direcção da RBL-EP e com dois agricultores da ARPONE). A disputa pela baixa de Chicumbane podia ser, em parte, devido à sua especial fertilidade, como resultado da utilização de gado (entrevista telefónica indivíduo sénior do posto administrativo, a 4 de Junho de 2014) contrastando com a pobreza dos solos em torno da vila. Como consequência significativa das expropriações, muitos residentes perderam a sua melhor fonte de produção alimentar.¹⁴ Em contraste, o governo comunicou aos residentes de Chicumbane que «os chineses vieram para nos ajudar a acabar com a pobreza, para comerem, para vendermos alimentos até o nosso País se desenvolver» (entrevista a Inácio, a 13 de Novembro de 2012). De uma rápida recolha de dados na baixa de Chicumbane,¹⁵ as

¹² De acordo com Wanbao, a empresa era responsável pelas infra-estruturas de água e do solo antes da sua chegada e pela manutenção da infra-estrutura de acesso terrestre, enquanto os produtores mantinham as suas explorações (entrevista a Patrício, a 5 de Junho de 2014).

¹³ Não é claro se o protesto foi espontâneo ou organizado politicamente, mas a questão não pode ser aqui aprofundada.

¹⁴ Não é possível determinar os números com exactidão, mas poderão ser aproximadamente 1500 famílias, ou 9000 pessoas, só em Chicumbane (Madureira, 2013, p. 25). Os dados prometidos pelo falecido líder do Fórum de Organizações Não Governamentais de Gaza (FONGA) não chegaram até à autora em 2014. Este activista foi abatido a tiro, em 2019, alegadamente pelo seu papel de observador eleitoral.

¹⁵ Observação de dezanove entrevistas realizadas pela DPA e perguntas da autora, 24/9/2012.

dimensões das machambas perdidas e reclamadas teriam sido, em média, 0,47 hectares (ou 0,71 hectares, incluindo as que representavam um desvio desse padrão, acima de 1 hectare). Além disso, entre os 19 produtores, somente 1 era homem, confirmando a centralidade das mulheres na pequena produção. Independentemente de disporem de mão-de-obra (familiar) ou não, 13 tinham acesso a tractor (alugado) e 6 utilizavam só enxada.

Apesar do investimento na construção de infra-estruturas de protecção, tais como diques, as cheias de 2012–2013, na época chuvosa, causaram à Wanbao perdas no valor de 10 000 dólares, incluindo todas as sementes (entrevista a Patrício, a 5 de Junho de 2014). Consequentemente, as áreas reservadas foram renegociadas.¹⁶

Em resumo, o projecto 2 é importante por duas razões. Em primeiro lugar, contribuiu para a viabilidade financeira do projecto sino-moçambicano como um todo e para a produção anual de sementes. Como tal, contrastava claramente com as condições de assistência menos vantajosas recebidas pelos produtores moçambicanos. A segunda razão deve-se ao enorme conflito causado pela expropriação de terras em grande escala, em nome do “interesse nacional”. Para apaziguar o conflito, foi necessário realizar negociações com vários dirigentes administrativos e líderes tradicionais locais, como reconhecido pelos gestores da RBL-EP, e prometer novas machambas.

PROJECTO 3: INTENSIFICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE MÉTODOS

O projecto arrancou no início da campanha 2013–2014 e a RBL-EP promoveu-o como uma «parceria público-privada-população» numa reportagem televisiva no Regadio (Televisão de Moçambique, a 8 de Junho de 2014). O projecto resultou, em parte, da pressão para abrir uma machamba-escola ou centro de demonstração desde 2011. Este visava, programaticamente, uma transferência mais efectiva de métodos e uma maior cobertura geográfica, procurando corrigir os resultados insatisfatórios, mas também atender aos protestos do lado moçambicano (entrevistas ao extensionista Pedro, a 6 de Junho de 2014, e à RBL-EP, 12 de Junho de 2012). Embora o plano fosse começar com 23 pequenos produtores (maioritariamente de Inhamissa) e um membro da ARPONE, em Chimbonhanine, com um extensionista desse bloco, foram integrados mais 43 produtores e outro extensionista em formação, perfazendo um total de 68. O local de demonstração passou então para a parte do Ponela utilizada pela Wanbao e as parcelas foram reduzidas para 1 hectare, em média, totalizando 77,4 hectares (entrevista a Pedro, a 6 de Junho de 2014). Para a assistência técnica em português, a Wanbao e o RBL-EP contrataram mais dois extensionistas moçambicanos, o que constituiu um avanço assinalável. Noutros aspectos, a RBL-EP continuou a ser o facilitador do Estado.

¹⁶ Foi prometida à Wanbao uma área adicional de 2123 hectares (*ibid.*), podendo ser expandida para 6000 hectares no regadio do Chókwê (2000 hectares para produção própria, 4000 hectares para os produtores locais). As obras eram visíveis em 2014 (Chókwê, notas de trabalho de campo, entrevista ao engenheiro chinês responsável pela obra, a 10 de Junho de 2014).

O financiamento do crédito também provinha de um fundo público pertencente ao Ministério da Agricultura, o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura.¹⁷ Mas, de novo, o desembolso foi feito tardiamente – tal como aconteceu durante o planeamento centralizado e, por vezes, no período colonial. Tendo em conta a razão das perdas, a RBL-EP pôde transferir parte do crédito para a época seguinte. De acordo com os documentos da Wanbao (Wanbao Africa Agriculture Development Company [WAAD], 2013), o rendimento médio foi de 3,4 toneladas por hectare, com um máximo de 4,9 toneladas por hectare – uma modesta melhoria em relação ao projecto 1. Investigação realizada mais recentemente coloca o número de produtores formados em 170 e salienta o facto de a produção depender da variabilidade meteorológica (Porsani *et al.*, 2017, p. 1198). Para um resumo dos dados essenciais dos três projectos, *vide* Tabela 3.

Neste projecto, os produtores vieram de vários locais nas proximidades, incluindo dos blocos de drenagem, alguns já tendo recebido assistência técnica da RBL-EP (blocos Siaia e Nhancutze, com parcelas maiores (entrevista a extensionista, a 12 de Junho de 2012) (ver o mapa da Figura 1). A selecção incluiu igualmente alguns pequenos produtores que tinham sido retirados de Ponela em resultado do acordo de gemelagem (entrevista a Sónia, a 6 de Junho de 2012) e também alguns expropriados do projecto 2 de partes de Chicumbane. Previa-se também a abertura de um segundo centro de demonstração neste último local, no ano seguinte (2014–2015) (entrevista a Pedro, a 6 de Junho de 2014).

É importante salientar que a RBL-EP teve mais voz sobre os processos de selecção de produtores do que anteriormente, através dos extensionistas, porque se coaduna com a intenção de desenvolver uma grande classe de produtores comerciais a partir de pequenos e médios produtores locais ditos emergentes. Todavia, manteve-se a prática política colonial de negociação com autoridades locais. No presente projecto, estas apresentavam a sua selecção e os extensionistas eliminavam candidatos que não tinham experiência: «os chefes dos bairros vão fazer a selecção. Eu, como técnico, venho com perguntas técnicas: senhor, quem são eles? Já cultivaram alguma parcela? Se nunca utilizaram uma enxada, então vai ser complicado» (entrevista com extensionista, a 6 de Junho de 2014). Os critérios de selecção “técnicos” pareciam igualmente reflectir ideias pré-concebidas sobre os tipos de produtores procurados e os excluídos. O primeiro tipo, procurado entre os “produtores familiares”, teria idealmente longa experiência na agricultura, sobretudo a do arroz, como a sua única ou principal actividade; tendo começado com machambas de dimensões variáveis conforme as áreas de onde viessem, estariam abertos a aprender os métodos «modernos» da Wanbao (entrevista a Pedro, a 6 de Junho de 2014). Também deveriam demonstrar satisfação com a actividade e abertura à actividade comercial. Um grupo de seis produtores em particular pareceu

¹⁷ De um modo geral, considera-se que o Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FDA) provém de “fontes internas”, incluindo receitas provenientes das províncias, e não dos doadores; no entanto, pode efectivamente incluir estas últimas, canalizadas através do apoio geral ao orçamento (World Bank, 2011, p. 53).

representar o “sucesso” do Regadio (MASA, 2015), personificando o perfil ideal promovido pelo governo de Guebuza, mas também o “agricultor-empendedor” global: tinha iniciativa, motivação, educação, competitividade e ideais de modernização. Porém, esses produtores não tinham experiência agrícola, apesar da formação superior, e não tinham conseguido alcançar resultados encorajadores nas suas parcelas de arroz de 10 hectares (entrevista a Pedro, a 6 de Junho de 2014), levantando-se a suspeita de favoritismo. Elementos históricos de diferenciação de classes, como ligações locais e familiares, também parecem ter sido importantes.¹⁸

Na categoria excluída, estava o “muito pequeno produtor”, separado do chamado “pequeno produtor melhorado”, ou a sua antítese. Representavam a maioria do chamado sector familiar, trabalhando com métodos tradicionais e poucos conhecimentos (entrevista a dois extensionistas, a 1 de Outubro de 2012), e a maioria precisava realmente de assistência dos extensionistas. A dimensão da sua parcela (0,25–2 hectares), as condições do solo (machongos), consideradas inadequadas para a cultura do arroz (em contraste com a era colonial) devido à mecanização chinesa, e a sua “mentalidade” deste tipo de produtor, considerada incompatível com a obtenção de excedente, constituíam os factores de exclusão. A perspectiva dualista diria que este grupo continuaria a “subsistir” numa fase pré-capitalista, sem se reconhecer a sua importância para a reprodução da mão-de-obra e, logo, para a manutenção do padrão de acumulação. Porém, a selecção dos (potencialmente) mais “aptos” e competitivos lembra o quanto a intensificação da produção capitalista é conseguida “à custa dos seus vizinhos [agricultores mais pobres]” em processos de concentração de terras, que também não são unidireccionais (Bernstein, 2010, p. 105). Isto é especialmente pertinente no contexto da variabilidade climática.

A intensificação da produção com o pacote de métodos reflecte não uma imposição externa, mas sim apreciação, dadas as semelhanças com o ideal do período de planeamento central, a agricultura de monocultura em grande escala, como assinalado na secção histórica. Em contrapartida, a pequena agricultura não é considerada verdadeiramente agricultura: «não é por meio hectare, não é por um quarto que nós vamos dizer que estamos a fazer agricultura» (entrevista a um alto representante distrital, a 6 de Junho de 2014).

¹⁸ A suspeita foi levantada numa entrevista realizada com o líder do Fórum das ONG de Gaza (FONGA), em Junho de 2014. Informação adicional pública como fotografias da autoria da cooperativa agrícola Agro-Nhancutse (ver <https://facebook.com/AgroNhancutse/photos>) parecem corroborar esta opinião. As fotos mostram cerimónias tradicionais em que o Governador participa, bem como visitas do Presidente Guebuza à cooperativa. Relativamente a laços familiares, pelo menos um dos entrevistados era filho de um antigo funcionário da empresa pública dos Caminhos de Ferro e o seu avô era pastor. O pai de outro entrevistado era de Chicumbane, sendo condutor do governo, enquanto o avô teve áreas de plantação («10–15 hectares»), perto do rio Lumane, de açúcar, banana e mandioca, e algum gado (Entrevista com três membros do grupo, 4/6/2012).

Impõe-se duas ressalvas sobre o futuro dos projectos. Em primeiro lugar, as continuadas discrepâncias de resultados entre o projecto 2 e dos projectos 1 e 3, que levantaram suspeitas concorrenciais e lançaram dúvidas sobre o âmbito da transferência de tecnologia. A segunda ressalva diz respeito à viabilidade financeira da parceria, dado que a utilização de machambas estatais foi considerada «demasiado cara» para a Wanbao a longo prazo (Chuanhong *et al.*, 2015, p. 8). Ora, a possível inviabilidade do Projecto 2 poria em causa os projectos moçambicanos, especialmente o projecto 3. A solução encontrada com o centro de demonstração visava capacitar extensionistas nos métodos chineses e serem estes a instruir os produtores moçambicanos. Mas só o tempo pode dizer da consecução deste objectivo. Entretanto, importa reflectir sobre os resultados dos projectos de modo mais abrangente.

TABELA 3: RESUMO DA INFORMAÇÃO CHAVE DOS PROJECTOS 1, 2, 3

	Projecto 1	Projecto 2	Projecto 3
Data(s)	(MADSAR: 2003-2008) RBL-EP-2011-	Começo: 2012 (em construção)	Começo: campanha agrícola 2013/2014
Produtores visados	Médios (ARPONE)	Grande escala (Chinesa)	Pequenos e médios produtores
Número de produtores	RBL-EP: de 40 para 8, entre 2011 e 2014	110	60 inicialmente
Área total e localização	385 ha, algumas zonas inutilizáveis, Ponela 2/Sul	1000 ha em Chimbonhanine e Ponela 1; e depois 6000 ha em Chicumbane	Machamba-escola em Ponela 1/Norte Mudança para áreas identificadas dentro/fora do perímetro
Tamanho das parcelas	5-20 ha	27-44 ha	A partir de 4 ha
Duração do uso	Uso produtivo exigido (pelo menos 50% da época)	Concessão de 49 anos, com exigência de uso produtivo	Uma época na machamba-escola, seguindo-se atribuição de parcelas, com exigência de uso produtivo
Objectivos definidos/mercados	Doméstico local	Doméstico (niche), com ambições de exportação	Doméstico local e o supermercado chinês de Maputo
Infraestrutura (construção e manutenção)	Pública (MDSAR, RBL-EP)	Wanbao: estradas de acesso e nivelamento dos solos	Wanbao na machamba-escola, e misto nas parcelas dos produtores
Fontes do financiamento	Fundos rotativos do GAPI; linhas de crédito e seguros para empresários	Crédito da Wanbao	Orçamento do Estado e financiamento doméstico
Instituições facilitadoras	Essencialmente RBL-EP	Chinesa	Essencialmente RBL-EP
Fonte de amortização do crédito	Venda do arroz: primeiro a qualquer comprador e depois só à HLMC*/Wanbao	Venda do arroz à Wanbao	Venda do arroz à Wanbao

Fonte: Compilação da autora.
* HLMC ou Hubei Lianfeng Mozambique Company

DISCUSSÃO: LIGAÇÕES ENTRE TRABALHO, DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E ACUMULAÇÃO

A presente secção pretende ligar as duas principais dimensões dos projectos nesta análise, nomeadamente a estratégia de acumulação e os resultados diferenciados da parceria para grupos de produtores e facções de capital em tensão. Como anteriormente assinalado, a estratégia de acumulação dominante com base em alianças com (grande) capital estrangeiro é historicamente uma das principais características da economia moçambicana. Os esforços concertados do círculo presidencial para trazer o investimento chinês desde o início dos anos 2000 e, passados breves anos, a elaboração em catadupa de elevado número de políticas agrícolas estão fortemente correlacionadas com os picos dos preços (*commodities*) durante esse período e o interesse de investimento estrangeiro. Isto aconteceu não de um modo linear de causa e efeito vindos do exterior, mas adaptando-se e sendo adaptado, por exemplo, na professada ambição de expandir e reforçar a classe capitalista moçambicana. Significativamente, alargar o padrão geral de acumulação a outra cultura de rendimento, o arroz, representou continuidade os padrões extractivos da economia. O projecto Wanbao, fortemente controlado por Guebuza, e realmente um megaprojecto, encaixa-se certamente no perfil de investimentos favorecidos. Acrescenta-se que a marca *Bom Gosto* parece ter sido sugerida e «intensamente promovida» pelo antigo presidente (Wise, 2019). O caso não foi o único, com ministros e ex-ministros a entrarem em projectos de arroz, açúcar/etanol ou madeira.¹⁹

PRODUÇÃO ALIMENTAR

Estruturalmente, era bem real o crescente fosso entre a produção interna de arroz e as importações, em média, 365 toneladas de arroz por ano, desde 2000 (MASA, 2016, p. 7), e o peso das importações de alimentos na balança de pagamentos (Banco de Moçambique, 2005). Na *Estratégia da Revolução Verde em Moçambique* (Ministério da Agricultura [MINAG], 2007) já era referida a necessidade de aumentar a produção alimentar e de culturas de rendimento (com mais metas do que modos de concretização), sendo reiterada em documentos posteriores. Mas a ambivalência do arroz nessas duas vertentes permitia também legitimar a parceria, pelo menos retoricamente, no âmbito da redução da pobreza e da insegurança alimentar, um discurso habilmente adaptado dos programas do BM.

A segunda dimensão a explorar nesta secção diz respeito às implicações materiais e sociais do projecto sino-moçambicano. Ao fazê-lo, o foco da secção centra-se na diferenciação social

¹⁹ Entre outros grupos da classe capitalista, refere-se igualmente a alegada parceria entre a Ministra do Ambiente (2008–2015), Alcinda Abreu, e Ubuntu Limitada, um projecto financiado pelo regime de Gaddafi (Nhamirre 2011); na empresa Massingir Agro-Industrial (ex-projecto Procana), parceira da açucareira TSB Sugar/Remgro, para a produção de açúcar/etanol, em Massingir (Gaza), em que seria accionista o antigo Ministro da Indústria e Energia, Octávio Muthemba (New \$740 Million Sugar Mill on the Cards in Mozambique, 2012); e as ligações documentadas entre empresas madeireiras chinesas e José Pacheco (*Africa Confidential*, 2013), antigo Ministro da Agricultura.

e possível estratificação de classe, tendo em consideração os desafios históricos à obtenção generalizada de mais-valia (*surplus value*). Resumidamente, o objectivo para o projecto 1 (ARPONE) era incentivar produtores chamados emergentes (entrevista ao gestor operacional da RBL-EP, a 10 de Maio de 2012) com recurso aos pacotes tecnológicos chineses, sem relação concreta com segurança alimentar. Como já foi referido, carecendo de ano para ano de boas condições de cultivo, não poderiam ser o grupo-alvo da empresa estreitamente ligada ao Governo central. Alguns provinham, sim, dos anos 80 e 90, e detinham o poder sobre o mercado informal de terras, especialmente para especulação. De acordo com funcionários da RBL-EP, esse círculo não tinha capacidade ou experiência de atrair e negociar investimento importante (não eram «calhados» (entrevista a pessoa ligada à RBL-EP, 12 de Junho de 2012)) e só uma empresa do Estado teria a liderança necessária. Em suma, o projecto 1 inseria-se na intenção de formar produtores comerciais e futuros capitalistas, mas na prática, esses produtores pareciam estar a ser desencorajados de o fazer, pelo menos com financiamento estatal, e ocupavam um espaço que tinha sido atribuído à Wanbao.

O objectivo declarado do projecto 2 era a produção de semente e venda própria no mercado interno. Mas a estratégia de preencher um nicho comercial era o oposto de contribuir com arroz acessível à generalidade da população e melhorar a segurança alimentar. Um estudo recente indica que a empresa teria posto sacos de 50 kg a preço ligeiramente inferior ao de uma marca asiática (Rosário, 2020), mas é difícil tirar conclusões sobre se visavam a classe média baixa e se a variedade de arroz (Simão) era a mesma. Em consequência do projecto 2, alguns milhares de produtores perderam a sua principal fonte de alimentação, ficando limitados a outras machambas menos férteis e a fontes suplementares de sustento, mas que seriam insuficientes para comprar alimentos, pondo em risco a reprodução social.

O projecto 3 já representava uma clara aceleração da lógica capitalista agrária, com a inclusão de um maior número de produtores de características comerciais com financiamento estatal do crédito. Porém, continha em si contradições crónicas de acumulação. Não só perpetuava a contradição histórica da dependência da produção agrícola de múltiplas outras actividades, como limitava ainda mais o tempo que se podia dedicar a estas, devido à exigência de dedicação a tempo inteiro ao arroz. Se o objectivo consistia em criar uma ocupação agrícola de autosuficiência, na prática, isso só era possível com parcelas maiores, capazes de compensar o baixo preço de venda, e com grande risco de perdas dada a imprevisibilidade do tempo, agravada pelas alterações climáticas.

TRABALHO E EMPREGO

A segurança alimentar era uma expressão de dupla e ambígua acepção, ora empregue como suficiência quantitativa e nutricional a preços acessíveis («suficiência alimentar»), ora como sinónimo de ganhos monetários para a compra de alimentos, como através de salário. Como é

habitual em projectos estrangeiros de grande envergadura, também a parceria previa a criação de emprego (GdPG, 2012, slide n.º 11) sob a forma de trabalho assalariado agrícola e não agrícola. Em termos quantitativos, a direcção da Wanbao referiu a criação de «mais de 1 000» postos de trabalho ao longo do tempo (2011–2014), nomeadamente com a construção de infra-estruturas e abertura de valas. Chuanhong *et al.* (2015) estimaram um número inferior (700–1000). Não foi possível obter números precisos directamente da Wanbao, que alegadamente variariam diariamente.

Os dados seguintes sobre os salários e condições de trabalho foram obtidos durante uma entrevista espontânea em grupo com trabalhadores moçambicanos jovens (13 de Novembro de 2012), nas imediações da fábrica que estavam a construir: o salário para o trabalho pesado de construção era o mesmo que para o trabalho agrícola (2 300 MZN [meticais]/mês), ficando abaixo dos níveis do salário mínimo legal em 2012 (3 386 MZN/mês); longas horas de trabalho, inclusivamente aos fins de semana e em dias de luto; poucos empregos permanentes (por exemplo, motoristas), sendo a operação de máquinas confiada sobretudo a chineses; a dedução do equipamento de trabalho (macacões e sapatos de baixa qualidade) do salário, ou outras sem qualquer explicação; e medo de despedimento por fazer perguntas. Este é um cenário precário, em que os trabalhadores absorviam custos adicionais da (re)produção e recebiam o mínimo possível acordado com as duas empresas, que ignoravam as directivas da autoridade do trabalho. Neste meio de trabalho, a maioria dos trabalhadores eram homens. No entanto, os produtores médios moçambicanos (no distrito de Chókwè) pagavam de modo semelhante o trabalho eventual diário numa machamba, cerca de 80 MZN.²⁰

Foi difícil verificar o trabalho assalariado resultante indirectamente da produção em média escala, em parte porque dependia da disponibilidade variável desses produtores para empregar mecanização e mão-de-obra externa, que constituiria parte da diversificação das fontes de sustento desta última. Em 2014, era demasiado cedo para avaliar os resultados do projecto 3. Fosse directo ou indirecto, o trabalho resultante era maioritariamente eventual e sazonal, como historicamente fora para outras culturas de rendimento com mecanização. Para explorações de maiores dimensões (100 ha), houve referência a alguns trabalhadores permanentes (entrevista ao “Grupo dos 6”, a 4 de Junho de 2012), como “oficiais de campo”, e outros altamente qualificados. Em qualquer das situações, a remuneração era baixa.

Mais recentemente, Rosário (2020), com base numa pequena amostra de 89 indivíduos de um universo de 9 000 produtores (0,01% do universo total)²¹, do perímetro central e das colinas do Regadio, refere alguma diferenciação por subdivisão das categorias tradicionais do sector familiar e dos produtores médios. Por ordem crescente das parcelas, são:

²⁰ O salário mínimo de 2300 meticais (MZN) por mês, dividido por 30 dias úteis.

²¹ Rosário (2020, p. 84) indica que destes 9 000 produtores, 8274 estão localizados em 4 309 hectares nas zonas de drenagem, organizadas em torno de sete casas agrárias, de acordo com o censo do RBL-EP, concluído em 2017.

- 1) sector familiar afiliado às casas agrárias;
 - 2) produtores familiares independentes;
 - 3) agricultores “emergentes” de blocos irrigados
- 3a) com tecnologia Wanbao, confirmando-se a relação monopsonista com a empresa observada em 2012 (Ganho, 2013b); e
 - 3b) sem tecnologia Wanbao, que cultivam e comercializam o seu arroz de forma independente, presumivelmente com semente diferente e em venda livre.

Este último grupo parecia ser o que cultivava arroz (milho e feijão) unicamente para comercialização; eram na maioria funcionários públicos, alguns presumivelmente com um perfil semelhante aos membros da ARPONE, mas agora sem apoio do Estado, tendo alguns participado no projecto 1. Ou seja, a sua actividade agrícola era subsidiada por um emprego estável e relativamente bem pago. Cerca de 83,3% dos entrevistados deste grupo contratavam trabalho eventual, mas também limitado pela mecanização (*ibid.*, 137–138). Em contrapartida, os produtores médios com contrato com a Wanbao queixavam-se do custo dos serviços e baixo preço de venda à empresa. Por sua vez, os produtores mais pequenos constituíam mais de um terço dos números totais do Regadio (*ibid.*). Usando áreas menores, sem concentração de terras ou aliança com vizinhos, não atingiriam o mínimo de 4–5 hectares, o patamar do produtor comercial, a partir do qual o investimento geraria excedente. Assim, a fragmentação e diminuição das fontes de rendimentos da maioria em função do avanço de alguns produtores médios produz uma maior estratificação de classe.

CONCLUSÃO

No presente artigo, o projecto sino-moçambicano foi analisado de uma perspectiva de economia política marxista, logo centrando-se nos processos de diferenciação social rural e nos padrões de acumulação de um ponto de vista histórico. A informação histórica aqui analisada sobre a construção do Regadio na era colonial até à sua reabilitação no século XXI e primeiras fases do projecto sino-moçambicano visou contribuir para o conhecimento das políticas e práticas agrárias, e dos processos dinâmicos de acumulação nesta área geográfica, sobretudo em interação com o projecto sino-moçambicano. Assim, considera-se que a trajectória histórica constitui uma janela essencial para a compreensão dos dilemas do desenvolvimento agrário actuais.

Esse olhar sobre a história do Regadio mostra, inicialmente, um processo de diferenciação social resultante da atribuição de terras recuperadas e drenadas dos machongos para famílias locais e alguns colonos com meios (capital e força de trabalho) para cultivar as parcelas atribuídas, mas também com base em alianças com autoridades tradicionais. O parcelamento evoluiu ainda para fora dos machongos, com machambas maiores atribuídas maioritariamente a colonos e privados.

O estudo de caso deu forma concreta ao papel essencial da produção de autoconsumo para sustentar a mão-de-obra barata (e forçada), como notado em importante literatura, competindo em tempo e labor com trabalho assalariado e não assalariado. A dependência dessas actividades e a dificuldade em conciliá-las estão na base da exclusão, em poucos anos, de cerca de 50% das famílias a quem tinham sido atribuídas terras de cultivo. Ficava estabelecido o padrão de acumulação colonial. Trata-se de um testemunho da fragmentação de fontes de sustento observável ainda hoje.

A produção de arroz continua a ser central no âmbito da intensificação da produção alimentar e da agricultura em geral no baixo Limpopo, com a vantagem de reforçar a legitimidade política, sem, contudo, atender à necessidade de recorrer a outras actividades para a reprodução social. O modelo por detrás do projecto sino-moçambicano é agricultura intensiva e mecanizada em grande escala, reminescente da visão dualista da agricultura estabelecida na época colonial e retida na transição socialista, modelo que perpetua a participação marginal dos mais pequenos produtores, sem o reconhecimento dos dilemas históricos à sua expansão. A este respeito, o modelo chinês parece não tanto uma imposição, mas, sim, remeter para ideais passados.

Ao explorar o projecto sino-moçambicano na sua génese e evolução em três (sub)projectos distintos, controlados por uma aliança da facção capitalista nacional dominante e do capital chinês, aquilo que aparenta ser um único projecto ou colaboração pode ser mais proveitosamente analisado como três projectos interligados. Como consequência das reformas recentes, o Regadio emergiu como um espaço neoliberal estatal adaptado ao modelo de acumulação. Neste, o Estado central dispõe de poderes administrativos reforçados e alargados a uma área extensíssima e para gerir parcerias com capital estrangeiro. Argumenta-se que esta reconfiguração pode e deve ser interpretada como uma luta entre duas facções do capital, cada uma das quais correspondendo a diferentes padrões de acumulação na zona: especulação de terras com base em autorizações de uso da terra localmente *versus* grandes investimentos estrangeiros sob controlo central. Depois de afastados gradualmente membros desse primeiro grupo provincial (projecto 1), de estabelecida a viabilidade financeira da parceria com a sua grande expansão (projecto 2), e do início das actividades de demonstração e replicação dos métodos chineses, com um baixo grau de compensação pela expropriação de terras (projecto 3), o plano de criar uma nova classe de capitalistas agrários podia então ganhar impulso e talvez até gerar um fluxo financeiro para a elite capitalista em Maputo.

Assim, o estudo de caso do(s) projecto(s) veio confirmar a centralidade do estudo de classe na diferenciação socioeconómica rural e o papel dos grandes regadios estatais no aprofundamento e aceleração destes processos de diferenciação, em função dos termos estabelecidos. Estes processos interagem com padrões internos mais amplos de acumulação, de natureza extractiva, ou seja, com base em produtos sobretudo e/ou apenas para exportação e cuja produção gera pouco emprego e diversificação económica. Resultou numa acentuação da estratificação entre os

muito pequenos, os pequenos e os médios produtores, avançando apenas um número incerto dos dois últimos para as fileiras da agricultura comercial de maior escala, ficando os mais pequenos, com menos mão-de-obra familiar ou capital para investir, presos no ciclo de precariedade.

Saber se a diferenciação social continuará na mesma direcção, aumentando o grau de proletarianização, é uma incógnita que, no entanto, pode ser iluminada por factores intervenientes da análise da economia política marxista. A resposta irá variar dependendo, além das condições climáticas para boas colheitas, das estratégias da RBL-EP relativas ao enfraquecimento da monopsonia da compra do arroz Wanbao, bem como do apoio real de mais extensionistas estatais aos mais pequenos, bem como de trabalho mais bem remunerado e previsível. Contudo, as exigências técnicas de cultivo, tal como a dedicação a tempo inteiro e a mecanização constituem obstáculos significativos ao alargamento da base de produção e que derivam da natureza extractiva histórica da economia como um todo. Estas variáveis apontam possibilidades de investigação muito relevantes sobre a relação entre trabalho e capital e a transição agrária em Moçambique.

POSFÁCIO

Após a conclusão do presente artigo, a autora teve conhecimento de notícias de 2021 que sugerem que a Wanbao, em Moçambique, pode estar a atingir uma nova fase, pelo menos a julgar pela sua promoção na imprensa chinesa (*Africa partnership yields rich bounty*, Xiaodong, 2021). Parece agora abranger todos os 20 000 hectares e chamar-se Parque Agrícola Wanbao Mosang.

REFERÊNCIAS

- African Development Fund [ADF] (2007). *Board Memorandum: Supplementary Loan [for] Massingir Dam and Smallholder Agricultural Rehabilitation Project (MDSAR)*. ADF.
- Alden, C. (2007). *China in Africa*. Zed Books.
- Ali, R. (2013). Mercados de Trabalho Rurais: Por Que São Negligenciados nas Políticas de Emprego, Redução da Pobreza e Desenvolvimento em Moçambique. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha e A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique* (pp. 211–237). IESE.
- Ali, R., & Muianga, C. (2017). Integração da Força de Trabalho no Sistema de Acumulação de Capital em Moçambique. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha e A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique* (pp. 184–201). IESE.
- Ali, R., & Stevano, S. (2019). Work in the Agro-industry, Livelihoods and Social Reproduction in Mozambique: Beyond Job Creation. *IDeLAS*, 121e.
- Ashman, S. & Fine, B. (2013). Neo-liberalism, Varieties of Capitalism, and the Shifting Contours of South Africa's Financial System. *Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa*, 81(1), 144–178.
- Banco de Moçambique (2005). *Relatório Anual*. Banco de Moçambique.
- Bernstein, H. (1979). African Peasantries: A Theoretical Framework. *Journal of Peasant Studies*, 6(4), 421–443.
- Bernstein, H. (2010). *Class Dynamics of Agrarian Change*. Fernwood.
- Borras, S., & Franco, J. (2012). Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 34–59.
- Brautigam, D. (2015). The Political Economy of Chinese Commercial Agriculture Investment in Africa. In Kjær, A., Engberg-Pedersen, L., & Buur, L. (Eds.), *Perspectives on Politics, Production and Public Administration in Africa* (pp. 175–190). Danish Institute for International Studies (DIIS).
- Brautigam, D., & Ekman, S. (2012). Briefing Rumours and Realities of Chinese Agricultural Engagement in Mozambique. *African Affairs*, 111(444), 483–492.
- Byres, T. J. (1986). The Agrarian Question, Forms of Capitalist Agrarian Transition and the State: An Essay with Reference to Asia. *Social Scientist*, 14(11/12), 3–67.
- Byres, T. J. (2016). In Pursuit of Capitalist Agrarian Transition. *Journal of Agrarian Change*, 16(3), 432–451.
- Castel-Branco, C. (1994). Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In C. N. Castel-Branco (Ed.), *Moçambique: Perspectivas Económicas* (pp. 87–157). Faculdade de Economia (UEM) e Fundação Friedrich Ebert.

- Castel-Branco, C. (1996). Opções Económicas de Moçambique 1975–95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In B. Mazula (Eds.) *Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento* (pp. 581–636). Inter Africa Group.
- Castel-Branco, C. (2002). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: The Case of Mozambique*. (Tese de Doutoramento, School of Oriental and African Studies, University of London).
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, F. Forquilha, & A. Francisco (Eds.) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique* (pp. 19–109). IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains. *Review of African Political Economy*, 41(Suppl.1), S26–S48.
- Castel-Branco, C. (2017). Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.) *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 99–164). IESE.
- Castel-Branco, C., Cramer, C., & Hailu, D. (2001). *Privatization and Economic Strategy in Mozambique*. World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER).
- Centro de Estudos Africanos [CEA] (1977). *O Mineiro Moçambicano. Um Estudo sobre a Exportação de Mão-de-obra*. CEA, Universidade Eduardo Mondlane (Maputo).
- Centro de Estudos Africanos (1979). *Problemas de transformação rural na província de Gaza. Um estudo sobre a articulação das aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL)*. CEA, Universidade Eduardo Mondlane (Maputo).
- Chichava, S. (2013). Xai-Xai Chinese Rice Farm and Mozambican Internal Political Dynamics: A Complex Relation. *LSE Ideas Africa Programme, Occasional Paper 2*. London School of Economics.
- Chichava, S. (2015). Mozambican Elite in a Chinese Rice “Friendship”: An Ethnographic Study of the Xai-Xai Irrigation Scheme. *Future Agricultures*, Working Paper no. 111.
- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T., & Yue, Z. (2013). Brazil and China in Mozambican Agriculture: Emerging Insights from the Field. *IDS Bulletin*, 44(4), 101–115.
- Chimhowu, A. e Woodhouse, P. (2006). Customary vs Private Property Rights? Dynamics and Trajectories of Vernacular Land Markets in Sub-Saharan Africa. *Journal of Agrarian Change*, 6(3), 346–371.

- Chuanhong, Z., Xiaoyun, L., Gubo, Q., & Yanlei, W. (2015). Interpreting China – Africa Agricultural Encounters: Rhetoric and Reality in a Large Scale Rice Project in Mozambique. *Future Agricultures*, Working Paper no. 126.
- Transferência de tecnologias aquém das expectativas na produção de arroz (14 de Julho de 2012). *Diário de Moçambique*, 14 de Julho. Consultado a 19 de Julho de 2012. Descarregado de http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/07/transferencia-de-tecnologias-aquem-das-expectativas-na-producao-de-arroz.html.
- Direcção Provincial de Agricultura de Gaza [DPA] (2010). *Informe do Estágio de Cooperação entre Moçambique e República Popular da China em Gaza*. DPA.
- Direcção Provincial de Agricultura – Hubei Lianfeng (2008). *Acordo de Gemelagem Específica para a Área da Agricultura entre a Direcção Provincial da Agricultura de Gaza e a Direcção Provincial de Administração das Farmas Estatais de Hubei (Hubei Lianfeng Moçambique Co, Lda.)*. Direcção Provincial da Agricultura de Gaza e Direcção Provincial de Administração das Farmas Estatais de Hubei (Hubei Lianfeng Moçambique Co, Lda.).
- Ekman, S. (2012). Mito e realidade: o envolvimento chinês no sector agrícola de Moçambique. In S. Chichava, & C. Alden (Eds.) *A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique – China em Perspectiva* (pp.99–124). IESE e South African Institute of International Affairs.
- Ferguson, J. (1990). *The Anti-politics Machine: ‘Development’, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge University Press.
- Fine, B., & Dimakou, O. (2016). *Macroeconomics: A Critical Companion*. Pluto, in association with the International Initiative for Promoting Political Economy (IIPPE).
- Fine, B., & Rustonjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: From Minerals – Energy Complex to Industrialisation*. Hurst and Co.
- First, R. (1983). *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. Harvester Press.
- Frente de Libertação de Moçambique [FRELIMO] (1977). *III Congresso da FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais*. FRELIMO, Departamento do Trabalho Ideológico.
- Frente de Libertação de Moçambique (1983). *IV Congresso Partido FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais*. Partido Frelimo.
- Fund for Development Cooperation between China and the Portuguese-speaking Countries Officially Set Up (17 de Junho de 2013). *Macauhub*. Consultado a 12 de Novembro de 2013. Descarregado de <http://www.macauhub.com.mo/en/2013/06/27/fund-for-development-cooperation-between-china-and-the-portuguese-speaking-countries-officially-set-up/>.

- Ganho, A. S. (2013a). Agro-investimentos Privados e os seus Reflexos na Regulamentação Fundiária e Hídrica em Dois Regadios Estatais em Gaza. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.) *Desafios para Moçambique* (pp. 281–303). Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Ganho, A. S. (2013b). “Friendship” Rice, Business, or “Land-grabbing”? The Hubei-Gaza Rice Project in Xai-Xai. *Land Deal Politics Initiative*, Working Papers no. 32. International Institute of Social Studies.
- Ganho, A. S. (2015). O Regadio do Baixo Limpopo (Xai-Xai, Gaza): o Despertar de um “Gigante Adormecido”? In C. N. Castel-Branco, N. Massingue, & C. Muianga (Eds.) *Questões sobre o Desenvolvimento Produtivo em Moçambique* (151–176). Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Ganho, A. S. (2017). *Reshaping Sovereignty Powers in Agriculture in the Limpopo Valley, Mozambique (2004–2014)*. (Tese de Doutoramento, University of Manchester, UK).
- Governo de Moçambique [GdM] (2006). *Action Plan for The Reduction of Absolute Poverty 2006–2009*. Governo de Moçambique. Descarregado de <https://www.ircwash.org/sites/default/files/804-MZ06-18824.pdf>.
- Governo da Província de Gaza [GdPG] (2010). *Estatutos da Associação dos Agricultores e Regantes do Bloco de Ponela para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Mecanização Agrícola de Xai-Xai (ARPONE)*. GdPG.
- Governo da Província de Gaza (2012). *Projecto Wanbao de desenvolvimento da agricultura no Regadio Baixo Limpopo, província de Gaza*. (12 de Julho, apresentação, cópia electrónica). GdPG.
- Greco, E. (2015). Landlords in the Making: Class Dynamics of the Land Grab in Mbarali, Tanzania. *Review of African Political Economy*, 42(144), 225–244.
- Gu, J., Zhang, C., Vaz, A., & Mukwereza, L. (2016). Chinese State Capitalism? Rethinking the Role of the State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa. *World Development*, 81, 24–34.
- Harrison, G. (2004). *The World Bank and Africa: The Construction of Governance States*. Routledge.
- Henderson, R. (1976). Two Aspects of Land Settlement Policy in Mozambique, 1900–1961. *Collected Seminar Papers*, vol. 20, 142–150. Institute of Commonwealth Studies.
- Instituto de Estudos Sociais e Económicos [IESE] (2012). *CPI Investimento Aprovado 2005–2011 Gaza 050412*. IESE.
- Junta Autónoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo [JAPA do Baixo Limpopo] (1964). *Relatório do ano de 1964*. Lourenço Marques: Junta Provincial de Povoamento - Junta Autónoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo.

- Junta Autónoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo [JAPA do Baixo Limpopo] (1967). *Relatório do ano de 1967*. Lourenço Marques: Junta Provincial de Povoamento - Junta Autónoma de Povoamento Agrário do Baixo Limpopo.
- Keene, S., Walsh-Dilley, M., Wolford, W., & Geisler, C. (2015). A View from the Top: Examining Elites in Large-scale Land Deals. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, 36(2), 131–146.
- Lavers, T. (2012). Patterns of Agrarian Transformation in Ethiopia: State-mediated Commercialisation and the Land Grab. *Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 795–822.
- Lunstrum, E. (2008). Mozambique, Neoliberal Land Reform, and the Limpopo National Park. *Geographical Review*, 98(3), 339–355.
- Mabunda, L. (2013). Centenas de camponeses erguem enxadas e catanas contra chineses. *O País*, 23 de Agosto Descarregado de <https://noticias.mmo.co.mz/2013/08/centenas-camponeses-erguem-enxadas-catanas-chineses.html>.
- Madureira, M. (2013). *Mega-projectos e Transição Agrária: o Caso do Projecto Wanbao (Moçambique)*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Portugal).
- Martiniello, G. (2021). Bitter Sugarification: Sugar Frontier and Contract Farming in Uganda. *Globalizations*, 18(3), 355–371.
- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar [MASA] (2015). *Discurso de Sua Excelência José Condugua António Pacheco, Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, por ocasião da apresentação na Assembleia da República das respostas às perguntas formuladas pelas Bancadas Parlamentares (22 de Julho)*. MASA. Descarregado de https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/discurso_Jose_Pacheco_22_07_2015.pdf.
- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar [MASA] (2016). *Plano Nacional para o Desenvolvimento do Arroz (NRDP 2016–2027)*. MASA.
- Massingir Dam and Smallholder Agricultural Rehabilitation [MDSAR] (2003). *Evaluation of Farmers Groups/Associations and “Casas Agrárias”*. ARA-Sul, Massingir Dam and Smallholder Agricultural Rehabilitation project. MDSAR Project Implementation Management Unit (PIMU).
- Massingir Dam and Smallholder Agricultural Rehabilitation [MDSAR] (2008). *Project Completion Report - 31 December 2008*. ARA-Sul, Massingir Dam and Smallholder Agricultural Rehabilitation project (MDSAR). MDSAR Project Implementation Management Unit (PIMU).
- Ministério da Agricultura [MINAG] (2007). *Estratégia da Revolução Verde em Moçambique 2007 (ERVM)*. MINAG.

- Mozambique: The Quionga Network. (12 de Abril de 2013). *Africa Confidential*, 54(8).
 Descarregado de https://www.africa-confidential.com/article-preview/id/4860/The_Quionga_network.
- Muianga, C. (2012). Desafios de desenvolvimento da base produtiva: um olhar a partir do PARP 2011–2014. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha e A. Francisco (Eds.) *Desafios para Moçambique* (pp. 203–219). IESE.
- New \$740 Million Sugar Mill on the Cards in Mozambique. (12 de Novembro de 2012). *APAnews*. Consultado a 6 de Junho de 2015, na base de dados Dow Jones Factiva.
- Newitt, M. (1997). *A History of Mozambique*. Hurst.
- Nhamirre, B. (2011). Ministros e diplomatas moçambicanos partilham negócios com Kadhafi. *Canal de Moçambique*, 13 de Março.
- O’Laughlin, B. (1981). A Questão Agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, (3), 9–32.
- O’Laughlin, B. (1996). Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1–39.
- O’Laughlin, B. (1998). Missing Men? The Debate over Rural Poverty and Women-headed Households in Southern Africa. *Journal of Peasant Studies*, 25(2), 1–48.
- O’Laughlin, B. (2002). Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 28(3), 511–530.
- O’Laughlin, B., & Ibraímo, Y. (2013). A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude. *Cadernos IESE*, 12 (Abril). IESE.
- Ong, A. (2006). *Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Duke University Press.
- Oya, C. (2007). Agricultural Maladjustment in Africa: What Have We Learned after Two Decades of Liberalisation? *Journal of Contemporary African Studies*, 25(2), 275–297.
- Oya, C. (2013). Methodological Reflections on “Land Grab” Databases and the “Land Grab” Literature “Rush”. *Journal of Peasant Studies*, 40(3), 503–520.
- Pérez-Niño, H. (2016). Class Dynamics in Contract Farming: The Case of Tobacco Production in Mozambique. *Third World Quarterly*. 37(10), 1787–1808.
- Porsani, J., Börjeson, L., & Lehtilä, K. (2017). Land Concessions and Rural Livelihoods in Mozambique: The Gap Between Anticipated and Real Benefits of a Chinese Investment in the Limpopo Valley. *Journal of Southern African Studies*, 43(6), 1181–1198.
- Porsani, J., Caretta, M. A., & Lehtilä, K. (2019). Large-scale Land Acquisitions Aggravate the Feminization of Poverty: Findings from a Case Study in Mozambique. *GeoJournal*, 84(1), 215–231.

- Programa de Reabilitação da Barragem de Massingir e Desenvolvimento Agrícola [PRBMDA] (2008). *Relatório de Avaliação dos Agricultores Concorrentes à Ocupação da Área do Regadio Bloco do Ponela*. Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), ARA-Sul, PRBMDA-UIGP.
- Regadio do Baixo Limpopo-Empresa Pública [RBL-EP] (2012). *Lista de produtores do Ponela e custos*. (Planilha). RBL-EP.
- República de Moçambique [RdM]. (2010). *Decreto n.º 5/2010*, de 23 de Março, cria o Regadio do Baixo Limpopo, E. P. e aprova os respectivos Estatutos. *Boletim da República*. RdM.
- Roesch, O. (1988). Rural Mozambique since the Frelimo Party Fourth Congress: The Situation in the Baixo Limpopo – Briefing. *Review of African Political Economy*, 15(41), 73–91.
- Roesch, O. (1991). Migrant Labour and Forced Rice Production in Southern Mozambique: The Colonial Peasantry of the Lower Limpopo Valley. *Journal of Southern African Studies*, 17(2), 239–270.
- Rosário, N. M. (2020). *Desenvolvimento e Agricultura na Região do Regadio do Baixo Limpopo, Gaza/Moçambique: História, Situação Actual e Perspectivas*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).
- Sousa Monteiro, J. de. (1955). *Relatório sobre o Resgate dos “Machongos” do Sul do Save, referente a 31 de Dezembro de 1953*. Secção de Hidráulica (Repartição Técnica de Agricultura) Província de Moçambique (Eds.). Imprensa Nacional de Moçambique.
- Sousa Monteiro, J. de. (1959). *Relatório sobre o Resgate dos “Machongos” do Sul do Save, referente a 31 de Dezembro de 1957*. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Sousa Monteiro, J. de, & Faria da Fonseca, V. (1952). Breve Notícia sobre o Resgate e Parcelamento do “Machongo” da Inhamissa, Moçambique. *Moçambique Documentário Trimestral*, 71, 6–36.
- Souza Sobrinho, A. de (1981). A Cheia de Fevereiro 1977 no Rio dos Elefantes e sua Repercussão no Baixo Limpopo (Moçambique). *Finisterra*, XVI (31), 95–122.
- Stevano, S. (2021). Classes of Working Women in Mozambique: An Integrated Framework to Understand Working Lives. *Review of International Political Economy*. <https://doi.org/10.1080/09692290.2021.1892797>.
- Torres, J. (1967). Some Settlement Schemes in the Gaza District of Southern Mozambique. *South African Journal of Economics*, 35(3), 244–255.

- Ussivane, A. M. (2017). *Organising Partnerships for Knowledge Transfer in a Cross-cultural Agricultural Context. The Case of Sino-Mozambican Partnership for Rice-farming in Southern Mozambique*. (Tese de doutoramento em Administração de Negócios (DBA), Business School, University of Liverpool, UK).
- Ussivane, A. M., & Ellwood, P. (2019). Using Action Research to Organize Technology Transfer in Complex Innovation Contexts. *Technology Innovation Management Review*, 9(4), 17–26.
- Wanbao Africa Agriculture Development Company [WAAD] (2013). 示范中心费用总表 2013–14 [Tabela de valores cobrados pela machamba escola, 2013–14]. WAAD.
- White, B., Borras, S., Hall, R., Scoones, I., & Wolford, W. (2012). The New Enclosures: Critical Perspectives on Corporate Land Deals. *Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 619–647.
- Wise, T. (2019). Sementes da Resistência, Colheitas de Esperança: Camponeses Impedem uma Usurpação de Terra em Moçambique. *JA-Justiça Ambiental*, 18 de Julho de 2018. Descarregado de <https://justica-ambiental.org/tag/friendship-farm/>.
- Wolford, W., Borras Jr, S., Hall, R., Scoones, I. e White, B. (2013). Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land. *Development and Change*, 44(2), 189–210.
- World Bank (1988). *Mozambique Agricultural Sector Survey*. Report No. 7094-MOZ. World Bank.
- World Bank (1990). *World Development Report: Poverty*. The World Bank.
- World Bank (2002). *A Sourcebook for Poverty Reduction Strategies*, Vol. 2: Macroeconomic and Sectoral Approaches. J. Klugman (Ed.). World Bank.
- World Bank (2011). *Mozambique. Analysis of Public Expenditure in Agriculture*, Volume I: Core Analysis. Descarregado de <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2750?show=full&locale-attribute=es>.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. Relatório 81/8 [Relatório 71/8], fotocópia. Centro de Estudos Africanos.
- Wuyts, M. (1980). Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 1, 9–22.
- Wuyts, M. (1985). Money, Planning and Rural Transformation in Mozambique. *Journal of Development Studies*, 22(1), 180–207.
- Wuyts, M. (1996). Foreign Aid, Structural Adjustment, and Public Management: The Mozambican Experience. *Development and Change*, 27(4), 717–749.
- Xiaodong, W. (2021). Africa Partnership Yields Rich Bounty.” *China Daily*, 20 de Outubro. Descarregado de https://www.chinadaily.com.cn/a/202110/20/WS616f80eca310cdd39bc700e2_1.html.

Zhang, C., Li, X., Connerley, E. F., & Wu, J. (2019). Role Tension and Adaptation in a Chinese Agricultural Aid Project in Mozambique. *Journal of International Development*, 31(3), 231–246.

Zunguze, G. (2012). *No Regadio do Baixo Limpopo*. 7 de Julho. Justiça Ambiental – Amigos da Terra Moçambique. Descarregado de <https://landportal.org/pt/library/resources/regadio-do-baixo-limpopo>.

APÊNDICE. MAPA DO REGADIO DO BAIXO LIMPOPO

A figura mostra as áreas correspondentes aos primórdios do Regadio, com o regadio de Inhamissa entre a vila João Belo (Xai-Xai) a oeste, e a Lagoa Inhamissa a norte, e o segundo regadio em Siaia, mais a norte.

MAPA D1: ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA DE INHAMISSA, BAIXO LIMPOPO (1952).



Fonte: Sousa Monteiro & Faria Fonseca (1952, última página não numerada, 'Aproveitamento Hidroagrícola de Inhamissa - Baixo Limpopo').